

Imposição unilateral agravou a crise

Lula defende emprego e produção e critica financeirização no G7

HORA DO POVO
ANO XXXIII - Nº 3.906 24 a 30 de Maio de 2023



“As decisões só terão legitimidade se tomadas de forma democrática”

Não tenhamos ilusões. Nenhum país poderá enfrentar isoladamente as ameaças sistêmicas da atualidade. A solução não está na formação de blocos antagônicos ou respostas que contemplem apenas um número pequeno de países”, advertiu o presi-

dente Lula, que participou, no sábado (20), da cúpula do G7 no Japão. Ele defendeu medidas para incentivar a produção, ao invés de um sistema financeiro que paralisa a economia e cobrou mudanças nos órgãos internacionais para atender os interesses dos países emergentes. **Pág. 3**



“Regular big techs é uma questão de soberania”, diz Orlando Silva

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), relator do PL de Combate às Fake News, afirmou que a “regulação das plataformas é uma questão de soberania” e denunciou a campanha mentirosa das big techs contra o projeto. “Não aceitaremos a manipulação das big techs”. O parlamentar está discutindo o texto com bancadas na Câmara e com a sociedade. Segundo ele, o PL 2.630/20 poderá ser votado até junho. **Página 3**

Para Oreiro, juros são altos porque Campos Neto representa os bancos



“Se o problema dos juros altos fosse por causa da ganância, do endividamento etc., como é que ele [Campos Neto, que preside o BC] me explica o Japão, que tem uma dívida pública de 260% em relação ao PIB, e tem uma taxa de juro real próxima de zero, ou negativa?”, questionou o economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), José Luís Oreiro. Em entrevista ao HP, ao analisar as últimas falas do presidente do BC, Oreiro afirmou que Campos Neto aparenta ser “ignorante” ou age de “má-fé”, ou é uma combinação “linear das duas coisas”. **Página 2**

Lula acha difícil haver problema ambiental com a Petrobrás ‘a 530 km do Amazonas’

O presidente Lula afirmou na segunda-feira (22) achar difícil que haja impacto para o meio ambiente nas pesquisas de petróleo pela Petrobrás na Margem Equatorial do Brasil já que, o ponto de possível exploração fica a 530 km de distância da foz do rio Amazonas. “É em alto mar”, declarou Lula, ao comentar o tema pela primeira vez pouco antes de embarcar do Japão de volta ao Brasil. **Pág. 3**

Arcabouço piora e ameaça salário dos servidores, apontam Centrais

As Centrais Sindicais divulgaram uma nota conjunta manifestando preocupação com as restrições aos reajustes do funcionalismo e à contratação de novos servidores públicos, incluídos pelo relator no projeto do chamado “arcabouço fiscal”. **Página 5**

Rússia avança e liberta estratégica Artyomovsk

A cidade de Artyomovsk, no epicentro de estratégico entroncamento rodo-ferroviário no Donbass, foi libertada das tropas do regime de Kiev, conforme anunciou o chefe das operações russas no local, Yevgeny Prigozhin. **Página 6**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Vini Jr repudia ataque racista recorrente no futebol espanhol

Lula e Alckmin solidários. Governo brasileiro aciona Itamaraty e Ministério da Justiça

Na tarde deste domingo (21), o confronto entre Real Madrid e Valencia foi marcado por mais um episódio de racismo envolvendo Vinícius Júnior. O brasileiro ouviu ofensas racistas de

torcedores e ao denunciar ao árbitro, com a partida paralisada, passou a ouvir gritos de ‘macaco’ por grande parte da torcida rival. Casos de racismo, sobretudo na La Liga, têm se tornado comum

e nada é feito, mesmo diante de diversas denúncias. O presidente Lula se solidarizou e denunciou o ato racista ainda no Japão, onde estava. O presidente em exercício, Geraldo Alckmin também. O governo

brasileiro reagiu através do Itamaraty e do Ministério da Justiça, que estuda uma forma de fazer o longo braço da lei alcançar os racistas que têm agredido Vini Jr e outros brasileiros. **Página 4**

Seminário debate rumos e desafios do governo Lula

Oreiro: problema dos juros altos não é “dívida”, é Campos Neto

Penalizada pelos juros do BC, indústria paulista fica estagnada em março

A produção industrial do Estado de São Paulo, o maior parque industrial do país, ao variar 0,2% em março ante fevereiro, “continuou não se saindo bem”, apontou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), em nota na sexta-feira (19). Na comparação anual (março de 2023 ante março de 2022), a atividade industrial de São Paulo caiu 2,4%, segundo a Pesquisa Industrial Mensal Regional (PIM Regional), do IBGE.

Em março de 2023, aponta o Iedi, “São Paulo, que possui o maior e mais diversificado parque industrial do país, ficou virtualmente estagnado ao variar somente +0,2% frente a fev/23, com ajuste sazonal. A última vez que sua indústria cresceu nesta comparação foi em nov/22, assumindo uma trajetória negativa desde então”, ressaltou o instituto.

“Vale observar que a indústria paulista está 2,7% abaixo do pré-pandemia (fev/20), uma defasagem que é o dobro daquela registrada pelo setor no agregado Brasil (1,3% aquém de fev/20). Apenas 1/3 das indústrias regionais se apresenta acima deste patamar, com destaque para Amazonas (+16,4%), Minas Gerais (+11,5%) e Rio de Janeiro (+5,6%)”, observou.

A produção industrial nacional variou apenas 1,1% em março contra o mês imediatamente anterior, de acordo com dados divulgados pelo IBGE. Pesa sobre a indústria brasileira os juros altos reprimindo a demanda de bens e serviços, além dos investimentos no país. “O atual ambiente de elevadas taxas de juros tende a comprometer mais seu desempenho. O mesmo vale para alguns ramos do varejo, cujas vendas dependem do crédito”, avalia o Iedi.

CNI: juros elevados derrubam produção e emprego em abril

Desaceleração na atividade industrial, queda no emprego e estoques elevados determinaram os resultados da pesquisa Sondagem Industrial de abril, divulgada nesta quinta-feira (17) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

De acordo com a entidade, o índice de evolução da produção ficou em 42,6 pontos – 2,2 pontos inferior à média para os meses de abril. O indicador varia de zero a 100, e quando abaixo da linha dos 50 pontos, indica queda.

Além da produção, o emprego industrial registrou queda de 1,5 ponto em relação a março, atingindo 48 pontos no índice da Sondagem. “O indicador se mantém abaixo da linha de corte desde outubro de 2022, o que mostra que há seis meses o emprego não cresce de forma disseminada na indústria”, afirma a entidade em nota.

Estoques acima do planejado nos últimos três meses e a Utilização da Capacidade Instalada em 67% (2 pontos percentuais abaixo de março) completam o cenário, que segundo a CNI representam “sinais de desaquecimento que perduram por todo este ano”.

“Os estoques aumentaram pelo terceiro mês consecutivo e

a utilização da capacidade instalada recuou. Temos queda nos dados de emprego e produção, que indicam um movimento preocupante da indústria, que tem perdido o ânimo, principalmente pelas dificuldades impostas pelos altos juros”, avalia Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI.

A Selic (taxa básica de juros) a 13,75% ao ano tem sido alvo de duras críticas do setor industrial, que não vê possibilidade de crescimento nesta conjuntura. Diante disso, a intenção de investimento dos empresários industriais recuou 0,7 ponto em abril, alcançando 52,9 pontos – o patamar mais baixo desde agosto de 2020.

“A Selic em 13,75% ao ano está em um nível que restringe excessivamente a atividade econômica. E mais do que suficiente para garantir a manutenção da trajetória de desaceleração da inflação nos próximos meses. E, volto a dizer o que disse no Senado há poucos dias: as empresas estão tomando crédito a mais de 30% e o setor produtivo não aguenta pagar esse nível de juros”, afirmou Robson Andrade, presidente da CNI, após a decisão do BC de manter a taxa ao maior nível do mundo.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Untingues - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



José Luis Oreiro é economista e professor da Universidade de Brasília

Sauer aplaude volta da estabilidade nos preços da Petrobrás. “Já fizemos isso”

Para o especialista, “a Petrobrás, dentro do quadro de limitação legal, está dando uma resposta”. Ele destacou que a estabilidade “funcionou de 2003 a 2010”. “Mas ainda falta mudar a lei”, observou Ildo Sauer

O professor Ildo Sauer, ex-diretor da Petrobrás, uma das maiores autoridades do país em energia e professor titular do Instituto de Energia da USP, afirmou, nesta terça-feira (16), em entrevista ao HP que a nova política de preços, anunciada hoje pela nova direção da Petrobrás, é “uma espécie de retorno a 2003”. Para o especialista, “a Petrobrás, dentro do quadro de limitação legal, está dando uma resposta”.

O presidente da empresa, Jean Paul Prates, anunciou na manhã deste terça-feira (16) o fim da fatídica política de paridade de importação que, segundo ele, obrigava a Petrobrás a praticar os preços de seus concorrentes e importadores. Prates afirmou que essa política trouxe muitos prejuízos ao país e, principalmente, para os consumidores brasileiros de combustíveis.

A partir de agora, segundo Prates, a Petrobrás, ao abrigar e desdolarizar os preços da empresa, poderá formar seus preços, levando em conta os seus custos menores de produção. A decisão já permitiu a redução dos preços do diesel, gasolina e gás de cozinha, anunciada pelo presidente da empresa.

Ildo Sauer explicou que “de 2003 em diante até 2010 os preços eram reajustados em patamares de prazo médio a longo, levando em conta o mercado internacional e o câmbio. Esses patamares ficavam às vezes acima e outras vezes abaixo da referência internacional, porém, com estabilidade”. Essa prática, segundo ele, “tinha uma base na teoria dos mercados contestáveis, do economista liberal William Baumol”.

“Afinal”, prosseguiu Ildo, “a lei de política energética de 6/8/1997, ainda em vigor, exige que os preços sejam competitivos e que a Petrobrás atue de forma concorrencial. Não pode praticar preços acima da referência de oportunidade nem abaixo, sob pena de abuso de poder de mercado ou de praticar dumping. De outro lado tem a vigilância da CVM, lei das SAs e da SEC dos EUA em nome dos acionistas”.

O professor do IEE-USP destacou que o uso da teoria dos mercados contestáveis serve muito bem aos planos da Petrobrás. Ele lembrou que a empresa já havia adotado esta teoria, por sugestão sua, e que esta referência sustentava a prática de preços em patamares. “E funcionou de 2003 a 2010”, observou.

“Não havia volatilidade e em média os preços refletiam os custos de oportunidade, considerando as referências



Ildo é professor do Instituto de Energia da USP

de exportação, importação ou recursos alternativos”, acrescentou Sauer.

“O que importa mesmo agora”, destacou o professor do IEE-USP, “será a aplicação do conceito anunciado. E evitar problemas com CADE, CVM e SEC americana”. Ele chamou a atenção para a necessária revisão da lei de política energética. “É necessário definir de forma justa a repartição da riqueza do petróleo entre a população, os consumidores e os acionistas”, afirmou. “Isso é função do Governo e do Congresso e não das empresas como a Petrobrás”, completou. Confira entrevista completa!

S. C.

ENTREVISTA

HORA DO POVO: Como avalia o anúncio de mudança na política de preços da Petrobrás, anunciada nesta terça-feira?

ILDO SAUER: Dentro do quadro de limitação legal, a Petrobrás está dando uma resposta. A nova política de preços anunciada hoje pela Petrobrás é uma espécie de retorno a 2003. Isso vai gerar muito mais recursos para o interesse público, e vai manter a eficiência econômica, inovação tecnológica e garantir os financiamentos necessários para os investimentos.

Há, porém, que se aguardar a prática, porque, apesar da execução da política de preços ter ficado a cargo da diretoria executiva da empresa, o Conselho de Administração aprovou uma diretiva em 2022 que ainda mantém referências nos preços internacionais, mesmo que com patamares de duração mais longa.

HP: Essa nova política não é contrária às leis de mercado?

ILDO SAUER: Essa prática tinha uma base na teoria dos mercados contestáveis, de William Baumol,

um economista liberal. De 2003 em diante até 2010 os preços eram reajustados em patamares de prazo médio a longo, levando em conta o mercado internacional e o câmbio. Esses patamares ficavam às vezes acima e outras vezes abaixo da referência internacional, porém com estabilidade. Não havia volatilidade e em média os preços refletiam os custos de oportunidade, considerando as referências de exportação, importação ou recursos alternativos.

HP: Essa nova política poderá ser contestada pelos órgãos de “fiscalização” do mercado?

ILDO SAUER: A lei de política energética de 6/8/1997 ainda está em vigor. Ela exige que os preços sejam competitivos e que a Petrobrás atue de forma concorrencial. Não pode praticar preços acima da referência de oportunidade nem abaixo, sob pena de abuso de poder de mercado ou de praticar dumping. De outro lado tem a vigilância da CVM lei das SAs e da SEC dos EUA em nome dos acionistas. O que deverá ser feito é a aplicação do conceito anunciado. E evitar os problemas com CADE, CVM e SEC americana.

HP: Na sua opinião, os preços ficarão mais estáveis?

ILDO SAUER: A Petrobrás já havia adotado esta teoria, por sugestão minha. E essa referência na teoria dos mercados contestáveis, de William Baumol, sustentava a prática de preços em patamares. E funcionou de 2003 a 2010. Não havia volatilidade e em média os preços refletiam os custos de oportunidade, considerando as referências de exportação, importação ou recursos alternativos.

Veja a entrevista completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/sauer-aplaude-volta-da-estabilidade-nos-precos-da-petrobras-ja-fizemos-destaca/>

“Se o problema dos juros altos fosse por causa da ganância, do endividamento etc., como é que ele me explica o Japão, que tem uma dívida pública de 260% em relação ao PIB, e tem uma taxa de juro real próxima de zero, ou negativa?”, questionou o economista da UnB

O economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) José Luis Oreiro afirmou em entrevista ao HP, ao analisar as últimas falas do presidente do Banco Central, que Campos Neto aparenta ser “ignorante” ou age de “má-fé”, ou é uma combinação “linear das duas coisas”.

Campos Neto disse anteriormente que a culpa pelos juros altos no Brasil é do governo, “que deve muito”.

Nesta sexta-feira (19), disse ainda que no Brasil “nós falamos demais, gastamos muito tempo” discutindo se “a taxa Selic, se vai subir, cair”, afirmou Campos Neto, em evento promovido pelo próprio BC, em São Paulo. Segundo Campos Neto, nós temos que olhar para além disso, “precisamos focar nas reformas estruturais” feitas nos “países emergentes”.

Em sua fala, Campos Neto não especificou as reformas nem o país a que se referia. Mas devem ser as mesmas reformas neoliberais, típicas do fascismo de Pinochet no Chile, que são exaltadas por seu guru econômico, Paulo Guedes – ex-ministro da Fazenda de Bolsonaro –, que o colocou no comando do BC.

Crítico da política de juros alucinados no Brasil, o economista Luís Oreiro indagou: “Se o problema dos juros altos fosse por causa da ganância, do endividamento etc., como é que ele [Campos Neto] me explica o Japão, que tem uma dívida pública de 260% em relação ao PIB, e tem uma taxa de juro real próxima de zero, ou negativa?”.

“DADOS DESMENTEM CAMPOS NETO”

“Como é que ele me explica, que nos EUA, que têm uma relação dívida pública PIB de mais de 130%, como que eles têm uma taxa de juros real zero? Assim não faz sentido. É simplesmente olhar os dados. Olhar os dados. Os dados desmentem Campos Neto”, questionou o economista.

“Ele é ideólogo. Ele está ali representando o sistema financeiro. E, agora, ele está blindado pela autonomia do

Banco Central. Eu desafio o presidente do BC a debater comigo na UnB os problemas dos juros no Brasil”, contestou Oreiro, que ironizou: “se ele for, vai ser escorraçado, porque vai perder feio”.

Para Oreiro, a “reforma estruturante” que o Brasil precisa é uma reforma monetária, que proponha “a desindexação geral e irrestrita dos contratos na economia, restabelecendo o real como a única unidade de conta da economia brasileira”.

“Se o sr. Campos Neto está preocupado em fazer reformas estruturais, o que ele deveria estar propondo é uma desindexação geral e irrestrita da taxa de juros no Brasil”.

Para Oreiro, a “reforma estruturante” que o Brasil precisa é uma reforma monetária, que proponha “a desindexação geral e irrestrita dos contratos na economia, restabelecendo o real como a única unidade de conta da economia brasileira”.

De acordo com o economista, o Plano Real não eliminou todos os mecanismos de indexação existentes na economia, basicamente índices de inflação (como IPCA preços livres, IPCA cheio, IGP-M e IPA), controlados por diversas variáveis explicativas, como a taxa de câmbio efetiva, o hiato do produto (medida para a ociosidade da economia), o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), a taxa de juros real de curto prazo e a expectativa de inflação no boletim Focus.

Em um dos capítulos do livro “Central Banks and Monetary Regimes in Emerging Countries” (Edward Elgar Publishing), Oreiro e Julio Fernando Costa Santos, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), publicaram que, embora o Plano Real tenha desarmado o “efeito memória” da inflação, “a inflação média de longo prazo mostrou uma notável resistência a cair abaixo de 5% ao ano, devido à manutenção da indexação de preços para períodos superiores a um ano”.

ANTONIO ROSA

Concessionária que “largou” o aeroporto no RN e quer “ressarcimento” da União

A suíça Zurich Airport ganhou a relicitação do aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN). A empresa ofereceu uma outorga de R\$ 321 milhões para arrematar o leilão, realizado na sexta-feira (19). O leilão foi concluído em uma hora.

A Zurich venceu após disputa com a NK 230 Empreendimentos, representada no leilão pela XP, que terminou com uma proposta de R\$ 320 milhões. Deu a impressão que o vencedor sabia da proposta do concorrente e acrescentou mais um milhão de reais.

Boa parte do dinheiro para pagar o lance no leilão e os “investimentos” prometidos, virão de financiamento local. Não há indicação da origem desses recursos, conforme o presidente da Zurich na América Latina, Tobias Markert.

Além de ter que bancar parte dos investimentos prometidos, o Brasil terá que ressarcir as alegadas perdas da Inframérica, concessionária do aeroporto desde 2012, que está devolvendo o equipamento para o governo federal. O montante do reembolso está calculado em R\$ 554,6 milhões a título dos investimentos não amortizados feitos pela ainda operadora.

As privatizações são assim. Os “investidores” “grudam nas tetas” do Estado, vão ao BNDES e seguem nutrido seus ganhos. Se der lucro embolsa, se não der, devolve o ativo para o Estado e cobra pelo capital não amortizado. Isso levou o nome de “Privatizações”, alardeadas como solução para os investimentos do país.

A Zurich deverá operar o terminal por 30 anos e comprometeu-se a fazer investimentos de R\$ 288 milhões (em valores de 2021). Análogos aos que a Inframérica prometeu em 2012, e fugindo do risco do negócio, agora quer devolução do capital não amortizado. Significa dizer que recompor o capital inicial, sem perdas, só ganhos, não passa de uma grande mamata.

Aos R\$ 321 milhões arrecadados no leilão, o governo deverá aportar recursos orçamentários para pagar essa conta de R\$ 233,6 milhões a mais para pagar a Inframérica, que deixou de cumprir o que era sua obrigação ao adquirir a concessão do aeroporto.

O valor arrecadado com o ágio de 41% em relação ao edital, alardeado como uma vantagem expressiva, não deu nem para fazer frente ao que está sendo pago à concessionária que está abandonando a operação. A base da relicitação está na Lei nº 13.448/2017 do governo Michael Temer.

A NK 230 Empreendimentos e Participações S/A (S/A fechada) foi constituída em 15 de março deste ano, ou pouco mais de dois meses, com um Capital Social de R\$ 100,00 (Cem reais), conforme site CNPJ Biz (<https://cnpj.biz/49947730000193>)

A Zurich já opera os aeroportos de Florianópolis (SC), Macaé (RJ) e Vitória (ES), além de Confin (MG), em sociedade com a CCR.

Além de Viracopos (SP) e Galeão (RJ), há rodovias e ferrovias em processo de devolução.



Relator do PL de combate às fake news “Regular big techs é uma questão de soberania”, afirma Orlando Silva

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), relator do PL de Combate às Fake News, afirmou que a “regulação das plataformas é uma questão de soberania” e denunciou a campanha mentirosa das big techs contra o projeto. “Não aceitaremos a manipulação das big techs”.

O parlamentar está discutindo o texto com bancadas na Câmara e com a sociedade. Na sexta-feira (19), esteve em eventos sobre a regulação das redes sociais na Câmara de Porto Alegre, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e na PUCRS.

Segundo ele, o PL 2.630/20 poderá ser votado até junho. O texto foi retirado de pauta para que alguns trechos tivessem uma discussão mais aprofundada.

“Esse tempo foi muito produtivo. Viramos votos em duas bancadas que haviam votado contra a tramitação em regime de urgência, do Podemos e do Solidariedade, e pudemos incorporar boas ideias ao texto. Muita coisa que estava dúbio ou com duplicidade de interpretação foi ajustada”, disse.

O PL de Combate às Fake News permite a responsabilização das redes sociais caso mantenham online materiais criminosos que tenham sido denunciadas por outros usuários.

“Nós importamos da lei de 2017 da Alemanha o dever de cuidado que restringe a publicação de conteúdo ilegal. Ou seja, se a plataforma souber que o conteúdo é ilegal, tem o dever de remover. Mas nós fomos mais econômicos. Na Alemanha, isso abrange todo o código penal. Aqui, nós restringimos a alguns crimes, como contra criança e adolescente, automutilação e indução ao suicídio, crimes contra a mulher, racismo, ataque ao Estado democrático de direito e infrações sanitárias”, explicou.

O texto também impede que as redes sociais decidam o que vai ter mais audiência e o que será restringido, como acontece hoje.

“A liberdade de expressão é um bem essencial. Se você publicou algo e a plataforma tirou porque feriu os termos de uso, ela terá de dizer onde o termo foi ferido e lhe dar direito de contraditar. Isso é um instrumento objetivo de defesa da liberdade de expressão”, apontou.

“Mas liberdade é também ser ouvido, porque são os tais algoritmos que decidem quem ouve. Não é democrático você encapsular o debate entre iguais”.

Para Orlando, “de Norte a Sul, a sociedade precisa participar dessa discussão. Não aceitaremos a manipulação das bigtechs. A regulação das plataformas é uma questão de soberania!”.

Desde que os deputados aprovaram o regime de urgência para o PL 2.630, as chamadas “Big Techs”, especialmente o Google e o Twitter, deram força a uma campanha mentirosa contra o projeto.

As empresas passaram a favorecer mensagens e links contrários ao Projeto de Lei. O Twitter censurou termos que eram favoráveis à regulação, enquanto o Google publicou em sua página principal um artigo que atacava o PL com mentiras.

O aplicativo de mensagens Telegram enviou para todos seus usuários uma mensagem repleta de mentiras e falácias sobre o texto relatado por Orlando Silva. O texto mentiroso dizia que o PL 2.630 ameaçava a democracia e mataria a internet no Brasil.

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o Telegram apagasse a mensagem e enviasse uma outra explicando aos usuários que aquela prática caracterizava abuso e ilícita desinformação.

O Supremo Tribunal Federal (STF) também abriu um inquérito para investigar o Google e o Telegram pela campanha “abusiva contra o projeto de Lei das Fake News”. A decisão se baseou em pedido feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Jair joga toda culpa em Cid e diz que não mandou ninguém fraudar cartão de vacinação

Jair Bolsonaro (PL) chegou à sede da Polícia Federal, em Brasília, por volta das 13h30 da terça-feira (16), para prestar depoimento no inquérito que investiga o esquema de adulteração de cartões de vacinação que teria beneficiado o próprio Bolsonaro, a filha dele, além de um ex-ajudante e familiares desse auxiliar. Ele havia se negado a depor quando foi convocado, mas hoje teve que falar.

No depoimento à Polícia Federal, ele voltou a dizer que nunca determinou e nem soube da inserção de dados falsos no ConecteSUS. Disse, ainda, que nem teria razão de fazer isso. Ou seja, segue mentindo.

A Polícia Federal questionou Bolsonaro sobre cada um dos personagens envolvidos na fraude para saber a relação que tinham com ele. Foi perguntado também se tinha conhecimento do esquema e se partiu dele a ordem de acesso ao sistema do Ministério da Saúde, onde os dados sobre a vacinação contra a Covid-19 foram inseridos – e depois retirados. Ele negou.

Sobre a questão da falsificação da carteira de vacinação da filha, voltou a dizer que ela tinha 12 anos quando viajou aos EUA e, na ocasião, entrou se declarando como não vacinada. Disse, também, que ela tinha laudo médico que lhe permitia não tomar a vacina.

No dia em que a operação da Polícia Federal teve início, no dia 3 de maio, Bolsonaro reafirmou que não se vacinou contra a Covid e negou adulteração nos dados do cartão dele e da filha, Laura.

Lula critica o parasitismo da financeirização no G7



Recepção ao presidente e à primeira-dama Janja na chegada ao Japão

Lula e Alckmin repudiam ataque racista contra Vini Jr. e prestam solidariedade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em discurso no G7 — a cúpula dos 7 países mais ricos do mundo — repudiou de forma veemente os ataques racistas sofridos pelo jogador brasileiro na Espanha, Vini Jr.

Lula iniciou seu discurso no encerramento do G7, em Hiroshima, no Japão, falando sobre o ataque racista vivido pelo jogador Vini Jr. durante partida entre o Real Madrid e o Valência, no estádio de Mestalla, na tarde do domingo (21).

O chefe do Executivo pediu para que “sérias providências” sejam tomadas para acabar com o racismo no futebol.

“Quero começar a entrevista fazendo um gesto de solidariedade ao jogador brasileiro, jovem, negro, que joga no Real Madrid, que no jogo no estádio do Valencia, foi fortemente atacado sendo chamado de macaco. Não é possível que quase no meio do século 21 a gente tenha o preconceito racial tomando força em vários estádios de futebol na Europa”, disse Lula.

No discurso, o presidente ressaltou que Vini Jr. é um dos melhores jogadores de atualidade e pediu para que a La Liga — liga espanhola de futebol profissional — tome alguma providência para frear ataques racistas.

“Não é justo que um menino pobre, que venceu na vida, que está se tornando um dos melhores jogadores do mundo, do Real Madrid certamente ele é o melhor, seja ofendido em cada estádio que ele comparece”, discursou Lula.

“Eu penso que é importante que a Fifa, que a liga espanhola, que a liga de outros países, tome sérias providências, porque nós não podemos permitir que o fascismo tome conta, e o racismo, dentro dos estádios de futebol”, concluiu Lula.

ALCKMIN
O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), presidente em exercício, classificou como “inaceitáveis” os ataques racistas sofridos pelo jogador brasileiro durante partida no campeonato espanhol neste

domingo (21).

Alckmin disse que o racismo precisa ser ativamente combatido e rechaçado “em todos os cantos do mundo”.

Alckmin manifestou o apoio dele à ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, que anunciou, no domingo, que a pasta e outros órgãos do governo federal estão em contato com autoridades espanholas e com a Liga, entidade responsável pelo campeonato espanhol, para tratar do ataque sofrido por Vini Jr.

“São inaceitáveis os ataques racistas sofridos por @vinijr durante o campeonato espanhol de futebol. O racismo deve ser combatido ativamente e rechaçado em todos os cantos do mundo. Todo o apoio à ministra @aniellefranco nas providências a serem tomadas”, escreveu o vice-presidente na conta dele no Twitter.

O atacante foi, mais uma vez, vítima de racismo. Ao todo, o brasileiro já sofreu com 11 casos de racismo no país em menos de 2 anos — 1 ano e 7 meses para ser exato.

Refinaria de Mataripe/BA deve voltar a ser da Petrobrás, defende ministro Alexandre Silveira

O ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, defendeu a reaquisição de ativos pela Petrobrás e citou uma possibilidade de recompra da refinaria Mataripe, sediada na cidade de São Francisco do Conde e privatizada na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

“Aqui na Bahia tem essa peculiaridade, a maior refinaria da Bahia foi vendida ao capital privado. Eu, particularmente, se depender do ministro das Minas e Energia, da sua vontade como cidadão brasileiro, mas apaixonado pela Bahia, essa

Reprodução



Silveira, Ministro de Minas e Energia

refinaria deveria voltar a ser da Petrobrás”, afirmou o ministro.

As declarações foram dadas em entrevista à imprensa em Salvador, onde o ministro participou na quinta-feira (18) de uma mesa no Congresso Brasileiro de Direito e Sustentabilidade. A refinaria de Mataripe foi privatizada pela Petrobrás em dezembro de 2021 por R\$ 10,1 bilhões e atualmente é gerida pela Acelen, do fundo árabe Mubadala Capital.

O ministro chamou de irresponsável o projeto de desinvestimento na Petrobrás conduzido pela gestão Bolsonaro. Ele disse que o governo vai trabalhar para que o país volte a ser autosustentável na produção de combustíveis e admitiu a possibilidade de o governo readquirir ativos.

“Vamos trabalhar para modernizar as atuais refinarias e, se possível, até se discutir — é algo que se inicia embrionariamente — a gente [...] readquirir alguns ativos que são fundamentais e estratégicos na questão dos combustíveis”, afirmou o ministro.

A Petrobrás divulgou, na terça (16), sua nova política de preços de combustíveis, em substituição ao PPI (preço de paridade de

importação), que define reajustes da gasolina e do diesel com base em simulações sobre o custo de importação dos produtos.

O novo modelo deixa de considerar o custo de importação e mira a busca por clientes e o custo de oportunidade de venda dos produtos, como já vinha sinalizando o presidente da estatal, Jean Paul Prates. A expectativa é que contribua para reduzir os preços no país.

A Acelen criticou a nova política da Petrobrás por não trazer, segundo ela, “informações suficientemente claras” para garantir previsibilidade dos preços de combustíveis. Ela defende que a Petrobrás lhe venda petróleo com preços subsidiados. Ela argumenta que as mudanças “tendem a afastar novos investidores e investimentos”.

A empresa defendeu que o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) acompanhe as variações de preços e garanta “condições isonômicas de acesso ao petróleo brasileiro pelas refinarias privadas, preservando a competitividade e a sustentabilidade do setor.” A Petrobrás rebateu a Acelen dizendo que não tem nenhuma obrigação de subsidiar empresas concorrentes.

“O sistema financeiro global tem que estar a serviço da produção, do trabalho e do emprego”, afirmou o presidente em discurso no Japão, na reunião da cúpula

O presidente Lula participou, no sábado (20), da cúpula do G7 no Japão e defendeu medidas para incentivar a produção, ao invés de um sistema financeiro que paralisa a economia. Ele também cobrou mudanças nos órgãos internacionais para atender os interesses dos países emergentes.

Lula apontou que as diversas crises que se sobrepõem, como a pandemia de Covid-19, a guerra entre Rússia e Ucrânia e ameaças à democracia, precisam ser enfrentadas com investimentos na produção e uma ordem multipolar.

Ele participou da sessão “Trabalhando Juntos para Enfrentar Múltiplas Crises”.

“O sistema financeiro global tem que estar a serviço da produção, do trabalho e do emprego. Só teremos um crescimento sustentável de verdade direcionando esforços e recursos em prol da economia real”, afirmou o presidente Lula.

No discurso, num grupo de trabalho do G7, Lula afirmou que os problemas do “desemprego, pobreza, fome, degradação ambiental, pandemias e todas as formas de desigualdade e discriminação” demandam respostas “socialmente responsáveis”.

Essas respostas devem vir de “um Estado indutor de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos fundamentais e do bem-estar coletivo”.

“A falsa dicotomia entre crescimento e proteção ao meio ambiente já deveria estar superada. O combate à fome, à pobreza e à desigualdade deve voltar ao centro da agenda internacional, assegurando o financiamento adequado e transferência de tecnologia”, continuou.

Nos últimos anos, “houve retrocessos importantes, como o enfraquecimento do sistema

Lula: “é difícil que haja problemas com a Petrobrás a 530 km do rio Amazonas”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou, na segunda-feira (22), achar difícil que haja impacto para o meio ambiente nas pesquisas de petróleo pela Petrobrás na Margem Equatorial do Brasil, já que, segundo ele, o ponto de possível exploração fica a 530 km de distância da foz do rio Amazonas. “É em alto mar”, declarou Lula, ao comentar o tema pela primeira vez pouco antes de embarcar do Japão de volta ao Brasil.

Mesmo achando difícil que haja problemas, Lula reforçou que o governo não emitirá licença para a Petrobrás pesquisar uma possível bacia na costa marinha do Amapá, se isso gerar problemas ambientais para a região. “Se explorar esse petróleo tiver problemas para a Amazônia, certamente não será explorado. Mas eu acho difícil, porque é 530 km de distância da Amazônia. Mas eu só posso saber quando eu chegar lá [no Brasil]”, declarou. Ele disse que só tomará uma decisão quando retornar ao Brasil.

O presidente falou sobre o tema pela primeira vez antes de embarcar de volta para o Brasil, em Hiroshima. Lula foi ao Japão para participar como convidado da cúpula do G7, que reúne os países mais industrializados do mundo. Na semana passada, o Ibama negou autorização para a Petrobrás perfurar um poço de petróleo na margem em frente ao Amapá. A estatal aguardava esse aval para fazer uma perfuração de teste a cerca de 170 quilômetros da costa e a mais de 530 Km da foz

multilateral de comércio. O protecionismo dos países ricos ganhou força e a Organização Mundial do Comércio permaneceu paralisada”, denunciou.

Ele ainda citou o “endividamento externo de muitos países, que vitimou o Brasil no passado e hoje assola a Argentina, é causa de desigualdade gritante e crescente, e requer do Fundo Monetário Internacional (FMI) um tratamento que considere as consequências sociais das políticas de ajuste”.

Lula lembrou que para o enfrentamento da crise de 2008 foi criado o G20, mas “o ímpeto reformador daquele momento foi insuficiente para corrigir os excessos da desregulação dos mercados e a apologia do Estado mínimo”.

No encontro, que aconteceu em Hiroshima, no Japão, Lula argumentou que as decisões dos órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), “só terão legitimidade e eficácia se tomadas e implementadas democraticamente”.

Para isso, defendeu a “transição para uma ordem multipolar, que exigirá mudanças profundas nas instituições”. Ele cobrou maior representação dos países emergentes nos órgãos de governança global e “representatividade mais adequadas de países africanos”.

“Sem reforma de seu Conselho de Segurança, com a inclusão de novos membros permanentes, a ONU não vai recuperar a eficácia, autoridade política e moral para lidar com os conflitos e dilemas do século XXI”, acrescentou.

“Um mundo mais democrático na tomada de decisões que afetam a todos é a melhor garantia de paz, de desenvolvimento sustentável, de direitos dos mais vulneráveis e de proteção do planeta”.

do Amazonas. A Petrobrás argumentou que o órgão está fazendo exigências que não são para esta fase de pesquisa e que já apresentou todos os estudos ambientais para esta fase. A estatal afirma ainda que “todos os recursos mobilizados no Amapá e no Pará para a realização da Avaliação Pré-Operacional (simulado para testar os planos de resposta à emergência) foram feitos estritamente em atendimento a decisões e aprovações do Ibama”.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, favorável ao projeto, defendeu que a empresa não desista, reiterando o pedido ao Ibama, “envidando todos os esforços necessários ao atendimento das condicionantes e comprovação da adequação do projeto para a prospecção segura e sustentável da área”.

O documento técnico, no entanto, manteve a posição de que o plano da Petrobrás para a área não apresenta garantias para atendimentos à fauna em possíveis acidentes com o derramamento de óleo. O Ibama aponta, também, “lacunas” quanto à previsão de impactos da atividade em três terras indígenas em Oiapoque.

Parlamentares e governadores da região amazônica criticaram a decisão do Ibama. O líder do governo no Congresso, senador Raul Góes (AP), anunciou na última sexta sua saída do partido Rede Sustentabilidade — fundado pela atual ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. O senador criticou a decisão do Ibama.



Margem equatorial (Ilustração/Reprodução/Petrobrás)

“O racismo é o normal na La Liga”, repudia o jogador Vini Jr

Atleta do Real Madrid foi expulso após denunciar racismo de torcedores do Valencia. Governo brasileiro repudiou os ataques e cobrou medidas da Espanha

N a tarde deste domingo (21), o confronto entre Real Madrid e Valencia foi marcado por mais um episódio de racismo envolvendo Vinícius Júnior. O brasileiro ouviu ofensas racistas de torcedores e ao denunciar ao árbitro, com a partida paralisada, passou a ouvir gritos de ‘macaco’ por grande parte da torcida rival. Casos de racismo, sobretudo na La Liga, têm se tornado comum e nada é feito, mesmo diante de diversas denúncias.

Logo após o jogo, o atacante do Real Madrid postou um story no Instagram com a seguinte mensagem.

“O prêmio que os racistas ganharam foi a minha expulsão! ‘Não é futebol, é LaLiga’”, disse o jogador, em referência ao slogan usado pela liga espanhola em campanhas publicitárias.

Vinícius fez um post mais longo sobre o assunto. Pela primeira vez, deixou em aberto a possibilidade de deixar a Espanha por causa dos seguidos casos de racismo.

“Não foi a primeira vez, nem a segunda e nem a terceira. O racismo é o normal na La Liga. A competição acha normal, a Federação também e os adversários incentivam. Lamento muito. O campeonato que já foi de Ronaldinho, Ronaldo, Cristiano e Messi hoje é dos racistas. Uma nação linda, que me acolheu e que amo, mas que aceitou exportar a imagem para o mundo de um país racista. Lamento pelos espanhóis que não concordam, mas hoje, no Brasil, a Espanha é conhecida como um país de racistas. E, infelizmente, por tudo o que acontece a cada semana, não tenho como defender. Eu concordo. Mas eu sou forte e vou até o fim contra os racistas. Mesmo que longe daqui”, disse.

Da mesma forma, o treinador Carlo Ancelotti, em entrevista à Movistar, revoltado, falou sobre o episódio.

“Não quero falar de futebol. Quero falar do que aconteceu, é mais importante que uma derrota. Se um estádio grita macaco e o treinador está pensando em tirá-lo por causa disso, algo ruim está acontecendo nesta Liga. Vini não quis continuar e eu disse a ele que não me parece justo porque ele não é o culpado, é a vítima”, disse.

Em seguida, Ancelotti direcionou as palavras para a La Liga. Os diversos episódios e denúncias de racismo não surtem punições a clubes e torcedores, o que estimula novos ataques.

“A La Liga tem um problema. Eles têm que parar o jogo. Não é uma pessoa, é um estádio que insulta um jogador por racismo e o jogo tem que parar. Eles o insultaram desde o primeiro minuto. Vinícius está muito triste, não bravo. É uma tristeza. Não pode acontecer”, finalizou.

Nas redes sociais, o treinador postou um texto repudiando os ataques de racismo no futebol e na sociedade.

ATAQUE

Na partida deste domingo, vencida pelo Valencia por 1 a 0, aos 24 minutos do segundo tempo, numa jogada pela esquerda, Vinícius Júnior foi atrapalhado por uma segunda bola em campo, jogada pela torcida.

O atacante do Real reclamou, e parte dos torcedores mais próximos o xingaram de “macaco” algo que já tinha sido observado na partida.

Vinícius puxou o árbitro Ricardo De Burgos Bengoetxea para denunciar um determinado torcedor. O árbitro então conversou com jogadores e com os técnicos dos dois times, além do quarto oficial.

O sistema de som do Mestalla emitiu dois avisos: um de que a partida tinha sido paralisada por causa desse episódio de racismo, e o segundo de que ela só voltaria caso os xingamentos e cânticos fossem encerrados.

Foram cerca de oito minu-

tos entre o início da confusão da segunda bola em campo, passando pela denúncia de racismo, até a retomada do jogo.

O segundo tempo continuou, e por volta dos 48 minutos, começou mais uma confusão na área do Valencia. O goleiro Mamardashvili partiu para cima de Vinícius Júnior, ambos receberam cartão amarelo inicialmente, e outros atletas foram envolvidos.

No meio do empurra-empurra, o atacante Hugo Duro deu um mata-leão no brasileiro, segurando-o pelo pescoço. Ao se desvencilhar, Vinícius acertou o rosto do adversário. Acalmados os ânimos, o VAR chamou Burgos Bengoetxea, que reviu o lance e decidiu expulsar o brasileiro.

Após ser expulso da partida, Vinícius Júnior saiu de campo aplaudindo, fazendo comentários e gesticulando “2” com as mãos (provocação em referência à briga do Valencia contra a segunda divisão). Integrantes da comissão técnica do time adversário e jogadores que estavam no banco de reservas foram tirar satisfação.

O brasileiro precisou ser escoltado por colegas do Real Madrid. A LaLiga tinha registrado até o fim de março oito reclamações na Justiça por racismo contra Vinícius Júnior. A liga espanhola criou em fevereiro uma comissão específica para lidar com casos relacionados ao brasileiro.

Em nota divulgada após a partida deste domingo, a LaLiga declarou que vai investigar os “incidentes” ocorridos no estádio Mestalla. A liga também informou que já solicitou todas as imagens disponíveis para investigar o caso e, caso necessário, vai tomar “todas as medidas cabíveis”.

O Valencia, por sua vez, emitiu comunicado condenando “qualquer tipo de insulto, ataque no futebol”. O clube se declarou contrário à violência física e verbal nos estádios e lamentou o ocorrido no jogo contra o Real Madrid. Porém, classificou o caso como “episódio isolado” e prometeu tomar “as medidas mais severas” após investigação. Além disso, condenou qualquer ofensa e pediu “respeito máximo” à sua torcida.

GOVERNO BRASILEIRO CONDENA RACISMO

Ministros brasileiros e parlamentares se manifestaram em solidariedade ao jogador brasileiro. O Ministério da Igualdade Racial afirmou neste domingo (21) que vai que notificar autoridades espanholas e a La Liga, responsável pelo campeonato espanhol, após ataques racistas contra o jogador brasileiro Vinícius Júnior.

“Repudiamos mais uma agressão racista contra o @vinijr. Notificaremos autoridades espanholas e a La Liga. O Governo brasileiro não tolerará racismo nem aqui nem fora do Brasil! Trabalharemos p/ que todo atleta brasileiro negro possa exercer o seu esporte sem passar por violências”, disse a pasta.

A ministra Anielle Franco, também saiu em defesa do jogador brasileiro nas redes sociais. “Inaceitável! O peito chega aberta de tanta indignação! Até quando teremos que lidar com isso!? Chega de racismo!!!!!!!”, escreveu a ministra. Ela disse também que a pasta vai trabalhar para “superar” o racismo que jogadores brasileiros ainda sofrem “dentro e fora dos campos e das quadras”.

Flávio Dino, ministro da Justiça e Segurança Pública, considerou inaceitável a situação: “Minha solidariedade ao jogador brasileiro Vinícius Júnior, mais uma vez vítima de racismo na Espanha. Isso é deplorável, inaceitável e deve ter consequências.”

A ministra do Esporte, Ana Moser, também criticou o fato. “Não pode mais. Não dá para aceitar. Ninguém Deve ter q passar por isso. Força @vinijr”.



“Não foi a primeira vez, nem a segunda e nem a terceira vez”, repudiou o atleta



Ex-presidente da Funai, Marcelo Xavier, e seu chefe Jair Bolsonaro

Polícia Federal indícia o ex-presidente da Funai pelo homicídio de Bruno Pereira e Dom Phillips

A Polícia Federal indiciou o ex-presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), o bolsonarista Marcelo Xavier por homicídio qualificado e ocultação de cadáver nos assassinatos do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips. O ex-vice-presidente do órgão à época, Alcir Amaral Teixeira também foi indiciado.

Em nota, a PF afirma que Xavier e Teixeira tomaram conhecimento, em reunião da Funai no dia 9 de outubro de 2019, do “risco de vida dos servidores do órgão e não adotaram as providências necessárias para a proteção dos funcionários”. Bruno era funcionário da Funai e estava licenciado.

Teixeira era coordenador-geral de Monitoramento Territorial, responsável pela segurança dos territórios

indígenas, e substituiu, eventualmente, Xavier no comando do órgão. Por não tomarem providências, Marcelo Xavier e Alcir Teixeira “teriam assumido o risco do resultado de suas omissões, que culminou no duplo homicídio”, afirma a PF.

Segundo a polícia, apesar do assassinato de outro indigenista Maxciel Pereira dos Santos, morto com tiros em Tabatinga, no Amazonas, em 2019, a Funai nada fez para tentar evitar as outras duas mortes. De acordo com a PF, após o assassinato de Maxciel, Teixeira esteve na região e ouviu vários relatos de ataques a bases da Funai e de ameaças de morte aos funcionários da fundação.

Maxciel era servidor da Funai e atuava ao lado de Bruno Pereira no combate a delitos praticados no Vale do Javari. Já com Dom Phillips Dom articulavam um traba-

lho conjunto para que o jornalista denunciasse crimes socioambientais na região, onde foram mortos em uma emboscada, em 22 de junho do ano passado.

As vítimas foram alvejadas a tiros e os corpos, esquartejados, queimados e enterrados. O Vale do Javari concentra o maior número de povos isolados e de contato recente do mundo, com um conjunto de 64 aldeias de 26 povos e cerca de 6,3 mil pessoas.

No decorrer das investigações, as autoridades policiais colocaram sob suspeita pelo menos oito pessoas, por possível participação nos homicídios e na ocultação dos cadáveres. Laudos periciais da PF apontam que Bruno foi atingido por três disparos, dois no tórax e um na cabeça. Já Dom foi baleado uma vez, no tórax. Os restos mortais dos dois foram encontrados em 15 de junho.



Avô de deputado teria servido à 14ª Divisão da SS na Ucrânia

Deputado bolsonarista exalta avô que serviu ao exército de Hitler

O deputado federal Paulo Bilynskij (PL-SP) usou a tribuna da Câmara dos Deputados para exaltar a participação de seu avô, o ucraniano Bohdan Bilynskij, como “combatente voluntário” da Waffen-SS, braço matante do exército nazista, na Segunda Guerra Mundial.

O engajamento do avô do político na milícia hitlerista já era conhecido, pois o próprio parlamentar bolsonarista a divulgava nas redes sociais. Dessa vez, ele falou dela em discurso na sessão que homenageou o Dia Internacional da Vishyvanka, veste tradicional da Ucrânia, terra de seus antepassados.

“Essas vestes são uma homenagem às minhas origens, ao meu avô Bohdan Bilynskij, que chegou ao Brasil, em 30 de setembro de 1948, após lutar bravamente pela liberdade de seu país, invadido por russos comunistas. (...) Meu avô Bohdan, aos 20 anos de idade, lutou em uma guerra mundial para libertar a Ucrânia das garras do comunismo. E hoje, como deputado federal, ao lado de meus irmãos, luto contra a instalação de um regime comunista no Brasil. A história é implacável”, disse o parlamentar, sem apresentar qualquer evidência que confirme o paralelo histórico.

Durante a ocupação alemã, no curso da Segunda Guerra Mundial, o território atraiu uma grande quantidade de simpatizantes do regime nazista, com a criação de unidades da Waffen-SS, uma espécie de subdivisão da polícia nazista de Adolf Hitler. A milícia era formada por ucranianos que se aliaram aos invasores. Segundo o deputado, seu avô foi um desses colaboradores alistando-se na 14ª Divisão de Granadeiros das tropas nazistas para combater o “comunismo”.

A declaração logo repercutiu de forma negativa, especialmente entre a comunidade judaica. Nas redes sociais, entidades que representam os judeus do Brasil repudiaram a fala e lembraram que a Waffen-SS era responsável pela vigia em campos de concentração, responsáveis pelo aprisionamento, exploração da mão-de-obra e extermínio dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

Ao site Congresso em Foco, o historiador e sociólogo Michel Gherman, assessor acadêmico do Instituto Brasil-Israel, destacou que o nazismo é o “mal absoluto” e questionou se atuar ao lado da polícia nazista seria motivo de orgulho:

“Seu avô lutou ao lado dos nazistas que massacraram, no território ucraniano inclusive, a família do meu avô. Foram responsáveis, no território inclusive, pelo massacre de judeus na Operação Barbarossa, com as deportações aos campos de extermínio. E esse o motivo de seu orgulho, deputado Bilynskij?”, ponderou Gherman.

Refinaria privatizada ignora Petrobrás e combustíveis ficam mais caros na Bahia

A nova política de preços da Petrobrás e a redução dos valores dos combustíveis no País não terão o mesmo impacto para os moradores da Bahia graças à privatização da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), em Matarepe, pelo governo Bolsonaro.

A refinaria da Bahia controlada agora pela Acelen, também anunciou queda no valor da gasolina e do diesel a partir da última quinta-feira (18). No entanto, a redução foi bem menor em relação ao país.

A Acelen, holding de energia da Mubadala Capital, o braço de private equity do fundo soberano dos Emirados Árabes Unidos, controla a Refinaria da Bahia, que foi vendida pela Petrobras. A unidade responde por cerca de 12% da capacidade de produção nacional, com 290 mil barris por dia. A refinaria abastece cerca de 80% do mercado na Bahia e 42% no Nordeste.

A política de Paridade de Preços Internacionais (PPI) adotada pela Petrobrás nos governos de Temer e de Bolsonaro dolarizou o preço dos combustíveis no Brasil. O que o presidente Lula (PT) faz agora, cumprindo uma promessa de campanha, é reduzir os preços.

A empresa privada informou em comunicado que não adotará a decisão da estatal e manterá o seu modelo, que segue em consideração variáveis como custo do petróleo, dólar e frete, em consonância com as práticas internacionais de mercado.

No caso da gasolina produzida pela Acelen, o valor do litro passou R\$ 2,78 para R\$ 2,64 nesta quinta-feira, uma queda de 5%. A redução da Petrobrás foi de 12,57% no país.

A empresa anunciou que o preço do diesel passou de R\$ 3,11 para R\$ 3,08 hoje. Trata-se de uma queda de 0,9%. Já a redução da Petrobrás foi de 12,71%.

Para o diretor de comunicação do Sindipetro Bahia, Radiovaldo Costa, as consequências negativas da privatização da RLAM serão aprofundadas, pois a Acelen já soltou nota oficial informando que não vai mudar a sua política de preços, ou seja, manterá o PPI, que sempre foi, inclusive, “mais perverso do que aquele que era aplicado pela Petrobrás”.

“A privatização da RLAM impede a redução dos preços dos combustíveis e fragiliza a economia baiana, pois o estado ficará vulnerável às flutuações do mercado. Se houver um acirramento da guerra na Ucrânia, por exemplo, e o preço do barril de petróleo disparar no mercado internacional, os preços da gasolina, gás e diesel também vão disparar aqui”, alerta Radiovaldo.

Estudantes de SP protestam no Palácio dos Bandeirantes contra cortes de Tarcísio na Educação

Estudantes de São Paulo protestaram nesta quarta-feira contra os cortes na Educação promovidos pelo governo do Estado de São Paulo. O ato foi realizado pela União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP) durante a cerimônia de posse do Conselho Estadual de Juventude, num evento que contava com a presença do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Em vídeo publicado nas redes sociais, os estudantes se levantaram no auditório com cartazes contra os cortes e entoaram palavras de ordem enquanto o governador discursava. “Tarcísio, assim não dá! Sem dinheiro, eu não consigo estudar”, bradaram os estudantes organizados pela UMES-SP.

O evento estava lotado. Os jovens foram acompanhados por parte do público presente, que se somou nas palavras de ordem. No palco, ao lado de Tarcísio, os presentes aplaudiram os estudantes.

“Hoje, a UMES tomou posse no Conselho Estadual de Juventude. Nós fomos os mais votados para o Conselho aqui no estado de São



Estudantes ergueram cartazes contra os cortes

Paulo. Fomos tomar posse no Palácio dos Bandeirantes e soubemos da presença do governador Tarcísio. Então, resolvemos fazer um ato político reivindicando não ao corte que ele quer fazer dentro da educação, não ao corte que ele quer descer goela abaixo, que representa um rombo de R\$ 9 bilhões aos cofres públicos da educação se esse corte acontecer. Enquanto, o que a gente precisa é justamente de mais investimento”, afirmou o presidente da UMES-SP, Lucca Gidra, que assume uma vaga no Conselho para a gestão 2023-2025.

“As escolas precisam de mais investimento pra ter mais estrutura, ter mais professores, mais funcionários, mais qualidade, menos alunos por sala de aula e não o que eles estão pretendendo, que é cortar da educação, fechar sala de aula. Esse projeto que o governo Tarcísio está querendo fazer, a gente foi hoje pra denunciar. Já chegamos no Conselho mostrando que a gente não vai aceitar nenhum ataque à juventude, nenhum ataque à educação”, concluiu o líder estudantil.



“Uma das piores consequências da política de juro alto e estado mínimo é o arrocho salarial”

Aldomar Guimarães, diretor secretário do Sinal, foi eleito presidente do Sindicato da regional-SP

O presidente eleito, em entrevista exclusiva ao HP, declarou que “vé problemas no juro alto para combater a inflação”. Lembra que a dívida pública, no início do governo de FHC, era de R\$ 43,5 bilhões. Em abril de 2022, a dívida era de quase R\$ 6 trilhões”, constatou.

Aldomar considera fundamental o investimento público “para melhorar as condições de vida do povo brasileiro, em especial, na Saúde, na Educação e na pesquisa em tecnologia de ponta, para o desenvolvimento do país.”

Espera que o governo Lula “nos livre da estagnação econômica que maltrata nosso povo há quase dez anos e restabeleça a diversidade cultural e ideológica em nosso país”. Sobre o salário mínimo, Aldomar lembrou que economias menos desenvolvidas da Europa, por exemplo, como Portugal e Grécia, têm o salário mínimo por volta de 700 euros (mais ou menos R\$ 4 mil). “O Brasil está entre as 20 maiores economias do mundo. Pelo menos o salário mínimo deveria estar no mesmo patamar que esses europeus”.

Para o presidente, a categoria deu mostras do seu valor. “Uma das piores consequências dessa política é o arrocho salarial, é a não reposição da inflação”. Os servidores do Banco Central pararam 88 dias, em todo Brasil, contra o arrocho salarial e pela valorização e reconhecimento do servidor – a defasagem dos salários era de 41,17% de 2010 até janeiro de 2023.

O valor da categoria foi demonstrado mais uma vez, trabalhando além do horário na pandemia e criando o popularíssimo PIX, “que veio facilitar a circulação de mercadorias e a segurança”.

O presidente do sindicato regional de São Paulo declarou que seu objetivo é valorizar a categoria, “juntar o vigor dos mais jovens com a experiência dos aposentados” e resistir ao rebaixamento dos salários. Aldomar afirmou que vai “interagir com outros sindicatos e instituições de pesquisa, pela melhoria das condições de vida do povo paulista”.

A seguir, publicamos a entrevista na íntegra.

CARLOS PEREIRA

HP – Qual sua opinião sobre o juro de 13,75%, a maior taxa do mundo?

Aldomar Guimarães – É fundamental se criar as condições para que a taxa de juros caia por duas questões principais:

A primeira é que o aumento do juro faz crescer brutalmente a dívida do governo, que é paga com recurso público e endividamento.

Apenas a título de ilustração, no início do governo de FHC, a dívida era de R\$ 43,5 bilhões. Em abril de 2022, a dívida era de quase R\$ 6 trilhões. É um custo cada vez maior para ser suportado pelo Estado brasileiro.

Além disso, a taxa Selic definida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central serve de referência para muitos setores da economia. Por isso, quando ela é mantida em uma taxa alta por muito tempo, as famílias e as empresas passam a ter dificuldades crescentes de acessar o crédito necessário para investir na produção.

HP – O que o senhor espera do governo Lula?

A.G. – Investimento público em Saúde e Educação é fundamental. O Brasil não só tem um extenso litoral como tem, ainda, fronteiras a serem desbravadas. Temos a maior floresta tropical do mundo, a maior rede hidrográfica. Espero que Lula desenvolva o país com base na diversidade da sua natureza. Que em nosso país volte a conviver com todas as culturas e todas as ideologias. Desenvolva nossa indústria e preserve o meio ambiente.

Eu espero do governo Lula a volta do investimento público, principalmente, em tecnologias de ponta. Que seu governo nos livre da estagnação econômica que maltrata nosso povo há quase dez anos.

Espero que o Estado volte a ser presença fundamental na melhoria de vida das pessoas. Eu espero a volta do diálogo. Que Lula seja um alento para a empobrecida população brasileira, que melhore sua qualidade de vida, com mais igualdade e isonomia.

HP – E o aumento real do salário mínimo?

A.G. – O aumento real concedido para R\$ 1.320 não traz o salário mínimo para o atendimento às necessidades básicas do trabalhador. A cesta básica custa R\$ 800. Ainda tem educação, saúde, transporte etc. O Dieese faz o cálculo que, para atender as necessidades básicas de uma família de quatro pessoas, seriam necessários, pelo menos, R\$ 6.700.

Economias menos desenvolvidas da Europa, por exemplo, como Portugal e Grécia, têm o salário mínimo de 700 euros (mais ou menos R\$ 4 mil). O Brasil está entre as 20 maiores economias do mundo. Pelo menos o salário mínimo deveria estar no mesmo patamar que esses europeus. Não estou dizendo que tem de aumentar tudo de uma vez. Mas pode se estabelecer uma meta, num determinado espaço de tempo. Não é só isso, o Estado tem que possibilitar uma educação de qualidade, moradia. Isso também conta e muito.

HP – Pelo que se viu de fora, os funcionários do Banco Central fizeram a mais longa e unânime greve da história da categoria. Como foi isso?

A.G. – Sempre essas políticas ultraliberais têm em comum o juro alto e a doutrina do estado mínimo. Com a pandemia e depois com a guerra na Ucrânia, essa forma de combater a inflação foi aplicada aqui e por outros países. Parece que não tem dado certo, porque a inflação continua crescendo.

Uma das piores consequências dessa política é o arrocho salarial, a não reposição da inflação. Os servidores do Banco Central pararam 88 dias, em todo Brasil, contra o arrocho salarial e pela valorização e reconhecimento do servidor. As perdas salariais eram de 41,17% de 2010 até janeiro de 2023 (com o recente reajuste de 9%, o arrocho caiu para 32,17%). O valor da categoria foi demonstrado mais uma vez.

Leia a íntegra horadopovo.com.br

Arcabouço piora e ameaça serviços públicos, afirmam centrais sindicais



Murilo Pinheiro, presidente do Sindicato dos Engenheiros de SP

“Privatização da Sabesp é descabida diante da relevância da empresa à saúde pública”

O presidente do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo, Murilo Pinheiro, afirmou, em nota divulgada nesta terça-feira (16), que “eventual pretensão de entregar ao mercado empresas estatais não mais se sustenta no argumento surrado da maior eficiência da iniciativa privada” e, no caso da Sabesp, “em que a ameaça de privatização soa completamente descabida, tendo em vista sua relevância à saúde pública e os bons resultados que garante aos seus acionistas, inclusive o governo, é inadmissível imaginar qualquer decisão tomada de forma açodada”.

Veja, a seguir, a íntegra da nota:

População precisa discutir situação da Sabesp

Intenção do governo estadual de privatizar companhia de saneamento deve ser objeto de ampla e democrática discussão com participação das prefeituras e da sociedade.

Já foi posto por terra o dogma privatizante segundo o qual tudo que é público é ruim. Para ficar no exemplo marcante, a pandemia de Covid-19 deixou evidente a importância da saúde pública, incluindo o sistema médico-hospitalar e os institutos de pesquisas. Por outro lado, não faltam casos de má gestão no setor privado, como o que envolveu recentemente uma grande rede de varejo no Brasil e bancos no Vale do Silício, nos EUA.

Assim, eventual pretensão de entregar ao mercado empresas estatais não mais se

sustenta no argumento surrado da maior eficiência da iniciativa privada. Processos como esses, dentro de um sistema democrático, precisam necessariamente passar por amplo e efetivo debate com a sociedade, que deve ter a oportunidade de examinar dados e indicadores, assim como ouvir especialistas sobre o tema, e não apenas aceitar uma versão parcial e interessada.

No caso da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), em que a ameaça de privatização soa completamente descabida, tendo em vista sua relevância à saúde pública e os bons resultados que garante aos seus acionistas, inclusive o governo, é inadmissível imaginar qualquer decisão tomada de forma açodada.

Modelo no setor, a empresa tem desempenho exemplar, com índice de 100% de abastecimento de água nos 372 municípios em que opera, somando 28,4 milhões de pessoas. Quanto a esgotamento sanitário, a coleta alcança 90% e deste montante, 77% com tratamento. A expectativa é atingir a universalização até 2030, antecipando em três anos o prazo determinado pela Lei 14.026/2020.

Aspecto crucial na atuação da Sabesp pela universalização é o mecanismo do subsídio cruzado que permite levar o serviço aos municípios menores sem encarecer a tarifa, praticando valores similares aos de lugares mais populosos, portanto, mais rentáveis. Tal desenho será descartado se a gestão do saneamento básico for vista como negócio, já que as empresas que

assumirem as concessões terão interesse apenas nos setores considerados lucrativos.

Essa previsão é confirmada por exemplos em diversas partes do mundo, onde o saneamento vem sendo reestatizado após experiências ruins de elevação de tarifas e queda na qualidade.

É essencial que essas questões sejam levadas aos prefeitos dos municípios paulistas atendidos pela Sabesp e também daqueles que podem a vir conceder os seus serviços de saneamento à companhia paulista. Esses mandatários precisam ter acesso a um panorama real e abrangente para planejar a operação de um setor crucial à saúde pública em suas cidades.

Para além dos governantes, há que se incluir a população, com audiências, seminários e debates, explicando o que realmente está em jogo, fornecendo informações técnicas e financeiras de forma transparente e acessível e permitindo que a opinião pública julgue adequadamente o que é melhor para a vida das pessoas e o desenvolvimento local.

Ao cabo dessa maratona a respeito da Sabesp e do saneamento ambiental no Estado de São Paulo, espera-se que o governador Tarcísio de Freitas leve suas conclusões em consideração e atue em consonância com os anseios da população e as informações dos especialistas do setor. Vamos juntos trabalhar por essa mobilização a bem do povo paulista.

Eng. Murilo Pinheiro
Presidente

Novo texto prevê proibição do aumento das despesas com pessoal, como aumento de salários, contratações e concurso público

As Centrais Sindicais divulgaram uma nota conjunta, nesta terça-feira (16), manifestando preocupação com as restrições aos reajustes do funcionalismo e à contratação de novos servidores públicos, conforme previsto no projeto do chamado “arcabouço fiscal”, que substituiu a regra do teto de gastos.

O texto – projeto de lei complementar (PLP 93/2023) – foi enviado pelo governo ao Congresso e, nesta semana, modificado pelo relator, deputado Cláudio Cajado (PP-BA). O projeto, que já tinha barreiras aos investimentos, foi piorado pelo parlamentar. Caso o governo descumpra a meta fiscal pelo segundo ano seguido, haverá a proibição do aumento das despesas com pessoal, como aumento de salários, contratações e realização de concurso público (exceto para reposição de cargos vagos) ou a alteração de estrutura de carreira.

Para as centrais, proibir “vedar a realização de concursos públicos e negar direitos aos trabalhadores e às trabalhadoras em serviços públicos do Brasil, além de injusta com toda a sociedade, que irá sofrer as consequências da redução de investimentos em serviços públicos essenciais, a medida nega o direito dos servidores públicos a uma remuneração justa e digna”.

“Na medida que impede até mesmo a revisão inflacionária, regra que não é vedada nem mesmo pela Lei de Responsabilidade Fiscal, principal instrumento de controle das contas públicas do país, o substitutivo desestimula a entrada dos profissionais mais qualificados e deixa de reter importantes servidores na Administração Pública”, continua a nota.

As Centrais Sindicais afirmam que atuarão junto ao parlamento brasileiro no sentido de convencer o conjunto dos deputados para mudar no projeto esses pontos. As entidades defendem a garantia “à população mais vulnerável de que

os serviços públicos serão prestados com qualidade e na quantidade necessária; e que isso só será possível com respeito ao direito dos servidores públicos a condições de trabalho e remuneração dignas”.

MOBILIZAÇÃO

As entidades nacionais que representam o funcionalismo público federal vão lançar a nova Campanha Salarial unificada da categoria nesta quarta-feira (17), em Brasília, a partir das 15 horas, no Anexo II da Câmara dos Deputados.

A atividade ressaltará as perdas salariais acumuladas no último período e também rejeitará o projeto do novo “Arcabouço Fiscal”.

Para as entidades, o projeto é incapaz de alterar de fato a atual política fiscal e afastar o quadro de asfixia dos serviços públicos e de desmonte das políticas sociais públicas. Os servidores apontam que o modelo proposto é caracterizado como a manutenção da retirada de recursos sejam transferidos das áreas sociais e dos serviços públicos para o pagamento de juros das dívidas públicas ao mercado financeiro.

As entidades sindicais defenderão, no ato, ainda, a continuidade do processo de negociação permanente com o Ministério da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos. Mas destacam que, para haver avanços tanto na mesa geral quanto nas específicas, não bastam declarações de boas intenções, é preciso adotar medidas que assegurem recursos.

“Ao longo do processo da negociação emergencial, o governo anunciou o anseio de valorização dos servidores, criação de novos concursos e reestruturadas de carreiras. Entretanto, o novo arcabouço fiscal apresentado coloca em risco todo o seu compromisso com os servidores e até mesmo os de campanha. A pressão do mercado não pode se sobrepor à reconstrução do país”, diz trecho da mensagem de convocação do ato.

Em encontro com Prates, caminhoneiros saúdam fim do PPI: “Pauta foi atendida”

Na última quarta-feira (17), os caminhoneiros autônomos, dirigentes de cooperativas de transportes de vários estados do Brasil se reuniram com o presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates, diretores da empresa e dirigentes da Federação Única dos Petroleiros (FUP) para debater a necessidade do Brasil fazer 100% do refino do petróleo.

No encontro, os trabalhadores saudaram o fim do PPI (Preço por Paridade de Importação), anunciado nesta semana pelo presidente Lula. “Foi anunciado aquilo que estávamos buscando desde 2017, o fim do PPI. Pauta que estava presente nas promessas de campanha do presidente Lula e agora foi cumprida”, ressaltou Carlos Alberto Littti Dahmer, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL).

“Com o fim do PPI, teremos redução nos preços dos combustíveis, com reflexos positivos para a economia e para a redução da inflação, que é fortemente pressionada pelos combustíveis. Direta e indiretamente os combustíveis têm impacto de 40% na inflação, segundo cálculos do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Aumenta o diesel, aumentam frete, comida, vestuário, transporte”, destacou Deyvid Bacelar, coordenador-geral da FUP.

De acordo com Prates, “estamos há várias décadas lutando para ter essa autosuficiência também em refino para se ter segurança energética e também no mercado de combustível. Temos ainda um déficit que varia de 15%, 20%, 25% como no caso do diesel, por exemplo. Mas isso não significa que temos que praticar o preço da Alemanha no Brasil, o preço da Holanda

mais frete na porta da refinaria brasileira. Foi isso que acabou”, disse Prates.

“Não fazia sentido eu ser obrigado a praticar aqui na Petrobrás o preço do concorrente. Quem é o concorrente, o cara que traz o combustível de fora, o cara que traz o petróleo de fora. Foi isso que mudou, não tem nenhum segredo”.

De acordo com Littti, o presidente da estatal informou que retomará as cooperativas de caminhoneiros autônomos para o transporte dos combustíveis e demais produtos da Petrobrás.

“Foi uma satisfação muito grande receber esta notícia e mais uma outra: as cooperativas que transportavam os produtos da Petrobrás irão voltar. Caminhoneiros autônomos se organizarem em cooperativas novamente é um grande passo para que a gente sobreviva, não só no transporte líquido, em todo o Brasil. E essa construção que se deu hoje aqui vai ter desdobramentos. A gente vai voltar a trazer para o caminhoneiro autônomo a luta pela sobrevivência, nada mais do que isto, e sobreviver é estamos junto dentro da luta, por que só a luta faz a lei e transforma a vida”, afirmou Littti.

Ubiraci Dantas de Oliveira, o Bira, vice-presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), afirmou que Prates assumiu também o compromisso de fazer da Petrobrás um instrumento para a reindustrialização, de fortalecimento da economia e desenvolvimento do país. “Além disso, temos a necessidade imperiosa de reduzir a taxa de juros para que o país possa crescer, para que a gente possa ter mais emprego, melhores salários e ter os caminhoneiros ajudando a construir esse país”, ressaltou.





Bashar Al Assad recebido em Jeddah Ao falar na Liga Árabe, Assad condena “ingerência e sanções assassinas de Washington”

Uma “oportunidade histórica” que exige que “o mundo árabe invista na atmosfera positiva de reconciliação que precedeu a cúpula da Liga Árabe”, enfatizou o presidente sírio no encontro da entidade em Jeddah, na Arábia Saudita.

Com a Síria reintegrada à Liga Árabe depois de uma década, o presidente sírio Bashar Al Assad disse na cúpula de Jeddah na Arábia Saudita, recém concluída na sexta-feira (19), que “hoje temos a oportunidade de mudar a situação internacional, que assumiu a forma de um mundo unipolar, resultado do domínio ocidental”.

Uma “oportunidade histórica” que – acrescentou Assad – exige que “o mundo árabe se reposicione e invista na atmosfera positiva de reconciliação que precedeu a cúpula de hoje”, se referindo à retomada de relações diplomáticas entre Teerã e Riad, sob mediação da China, e de Riad e Damasco.

“DOMINAÇÃO OCIDENTAL SEM PRINCÍPIOS”

Assad também destacou a necessidade de consolidar a cultura árabe diante do “liberalismo moderno”, que visa despojar os árabes de “sua identidade”. Para ele, a ordem mundial sob o tação ocidental é “desprovida de quaisquer princípios morais”.

A volta da Síria à Liga Árabe foi deliberada na semana anterior. Fundadora da organização em 1945, a Síria teve sua adesão congelada em 2011, quando os estados do Golfo em peso apoiaram a guerra por procuração movida por Washington, que patrocinou uma violenta revolta armada contra o governo Assad, que ia da Al Qaeda e, inclusive, Estado Islâmico, até à Irmandade Muçulmana e outros supostos ‘moderados’.

Com a ajuda do Irã e dos irmãos libaneses do Hezbollah, mais a chegada das forças e aviação russas atendendo a convite de Damasco, a Síria virou a guerra, faltando agora libertar a província de Idlib, mais os campos de petróleo e os trigais do leste do país, estes, ocupados por tropas dos EUA e colaboracionistas curdos.

Referindo-se aos conflitos na Síria, Líbia, Iêmen, Sudão e outras áreas, Assad alertou que você não pode tratar uma doença apenas tentando aliviar os sintomas, mas abordando a causa raiz. “O mais importante é deixar os assuntos internos dos países para o povo, porque são eles que podem administrar seus assuntos. Só temos que evitar interferências externas em seus países”, conclamou o presidente sírio.

Para Assad, os problemas enfrentados na região “não começam com os crimes do regime israelense ou a marginalização do povo palestino resistente pelo mundo árabe, e não terminam com os perigos do expansionismo otomano”, disse ele, referindo-se à ocupação turca no norte do país. A cúpula ocorreu ainda em meio à crise global de refugiados e aos esforços contínuos da Síria para devolver seus cidadãos à sua terra natal, apesar do bloqueio dos países ocidentais.

NORMALIZAÇÃO

Em outro lance da normalização de relações com a Síria, os Emirados Árabes Unidos convidaram Damasco a participar da cúpula do clima COP28 no final deste ano. Ainda como parte desse processo, o Bahrein anunciou a normalização de relações diplomáticas com o Líbano e com o Catar.

Normalização à qual Washington tem ojeriza, como expressou porta-voz do Departamento de Estado na semana passada. O que mostra a perda de espaço dos EUA no Oriente Médio, e o crescimento da concepção de que a região pode se tornar um pólo do mundo multipolar.

Por sua vez a Rússia, que tem sido um firme defensor de Assad e da Síria, está trabalhando em dobro para normalizar as relações entre a Síria e a Turquia, que antes também buscou derrubar Assad.

Assim, existe um impulso bastante positivo de que também o Oriente Médio se desloque no sentido do mundo multipolar e da soberania. Como registrou o colunista da CGTN, Bradley Blankenship, “é bom que os países da Ásia Ocidental estejam acabando com séculos de divisão e conquista de colonizadores ocidentais”.

“Qualquer um que acredite na liberdade de determinação e no desenvolvimento humano, coisas que a maioria das pessoas de compleição moral decente concordaria que são boas, deve concordar razoavelmente que a integração da Ásia Ocidental é uma coisa boa para o mundo”, acrescentou.

“Se isso inevitavelmente levar a uma situação em que Washington terá que abandonar suas sanções assassinas a Damasco ou, alternativamente, sancionar todos os países da Ásia Ocidental por contornar suas sanções unilaterais – isolando-se completamente – então isso seria uma coisa tremenda. A Síria tem o direito de decidir seu próprio futuro, participar da diplomacia e do comércio internacional e escolher seu próprio caminho de desenvolvimento. E acontece que os principais atores da Ásia Ocidental agora concordam que isso é verdade, apesar das acusações de Washington”.

“Eles dizem ‘os velhos vão morrer, os jovens vão esquecer’, e para a minha geração de palestinos nós provamos que ninguém esqueceu e, no mínimo, nossa existência é

Forças russas libertam a estratégica cidade de Artyomovsk no Donbass



A libertação de Artyomovsk é completada após duros combates

75 anos de limpeza étnica na Palestina foram condenados na ONU e ruas do planeta

Manifestações em muitos lugares do mundo, pronunciamento de líderes políticos e religiosos e um inédito ato na sede da ONU em Nova York marcaram o 75º aniversário da Nakba – a Catástrofe –, a operação de limpeza étnica contra os palestinos, cujo clímax se deu em 1948, dia 15 de maio, com a implantação do Estado de Israel.

Nas denúncias foi ressaltado que a limpeza étnica não foi um acontecimento de um momento: começou antes do 15 de maio daquele ano e a Nakba perdura até hoje, no continuado e aprofundado apartheid legislado e efetivado em Israel, no assalto a terras na Cisjordânia, na obstrução das negociações de paz com os sucessivos governos – de forma agravada nos de Sharon e Netanyahu – tudo para instalar um Estado baseado em visões e teses supremacistas judaicas e como consequência à sabotagem dos Acordos de Oslo, firmado pelo maior líder palestino, Yasser Arafat e pelo mais destacado israelense – assassinado por fanáticos racistas judeus – Itzhak Rabin e ao que corresponderia a sua materialização almejada: a Solução dos Dois Estados.

A data é oficialmente marcada desde 1998, por decreto do então presidente palestino, Yasser Arafat, coincidindo com o 50º aniversário da devastação. Sua observância, pela ONU, foi aprovada em novembro passado pela Assembleia Geral, o que resultou em um primeiro ato solene na sede das Nações Unidas.

Milhares de pessoas vindas de todas as regiões da Palestina ocupada se manifestaram na segunda-feira (15) em Ramallah, sede da Autoridade Nacional Palestina, com bandeiras palestinas e faixas com a palavra Sanaúd (Retonaremos em árabe). Muitos portavam chaves antigas, que simbolizam os lares de onde seus avós foram expulsos ou obrigados a fugir, durante a primeira das muitas ocupações de terras palestinas pelo Estado de Israel.

Só naqueles anos de 1947 a 1949, foram arrasadas 530 aldeias e vilarejos. As maiores cidades palestinas foram despovoadas de seus residentes árabes (Haifa e Yaffo, hoje Tel Aviv).

Atos de rememoração da Nakba ocorreram também em Belém, em Jerusalém Oriental e na Faixa de Gaza – ali, após uma trégua ter sido decretada, depois dos bombardeios israelenses que se seguiram ao repúdio à morte, sob custódia das autoridades israelenses, de Adnan Khader, palestino em greve de fome, pela sua libertação, uma vez que estava preso pela terceira vez sem sequer uma acusação formal.

“Israel foi fundado sobre as ruínas de 530 aldeias palestinas e suas gangues cometeram mais de 50 massacres, resultando em mais de 15 mil mortos”, disse o primeiro-ministro palestino, Mohammad Shtayyeh, em coletiva de imprensa em frente ao túmulo de Yasser Arafat.

“Eles dizem ‘os velhos vão morrer, os jovens vão esquecer’, e para a minha geração de palestinos nós provamos que ninguém esqueceu e, no mínimo, nossa existência é



Repúdio na ONU à Nakba que persiste por 75 anos



1948: sob terror israelense, palestinos deixam seus lares

nossa resistência”, disse um manifestante ao portal Middle East Eye.

As manifestações ocorreram tanto no mundo árabe e muçulmano, quanto em Londres, Paris, Nova York, Washington, Madri, Johanesburgo, São Paulo, no Senado em Brasília e outras cidades.

PRIMEIRA VEZ NA ONU

Na sede da ONU, o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, exortou a que os refugiados palestinos que queiram possam regressar às suas casas o mais rapidamente possível e viver em paz com os seus vizinhos. Ele exigiu que Israel aplique as Resoluções da ONU e, se recusar, “seja suspensa sua adesão a esse fórum multilateral”.

Há “cerca de mil resoluções desde 1947 votadas pela Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e o Conselho de Direitos Humanos” da ONU, e até hoje nenhuma resolução foi aplicada”, sublinhou.

Abbas assinalou que as potências colonizadoras ocidentais, especialmente os Estados Unidos e o Reino Unido, são responsáveis diretas, tanto política quanto moralmente, pela Nakba e portanto têm a responsabilidade histórica de contribuir efetivamente para acabar com o sofrimento dos palestinos.

A Sessão Solene pelos 75 anos da Nakba aconteceu mesmo com a tentativa de Israel, primeiro de impedi-lo e depois apelando para os representantes dos diversos países com assento na ONU de não comparecerem. A potência ocupante da Palestina fracassou nos dois intentos e representações de mais de 90 países participaram do ato em Nova Iorque, no auditório da Assembleia Geral da ONU.

A subsecretária-geral para Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz, Rosemary DiCarlo, afirmou que posição da ONU é clara: “a ocupação deve acabar e uma Solução de dois Estados que traga paz e segurança duradoura deve ser alcançada de acordo com o direito internacional, as resoluções das Nações Unidas e acordos anteriores”.

Vladimir Putin congratulou-se com as forças russas que libertaram do regime de Kiev a cidade de Artyomovsk, no epicentro de estratégico entroncamento rodo-ferroviário no Donbass

“Até o meio-dia [06h00, no horário de Brasília] de 20 de maio, Artyomovsk, a última seção do prédio de vários andares chamado avião foi completamente tomada”, afirmou Prigozhin, chefe do Grupo Wagner, que se integrou às forças russas na região.

“E obrigado a Vladimir Putin por nos dar essa oportunidade e a grande honra de defender nossa pátria”, sublinhou Prigozhin, em referência ao presidente da Rússia.

Artyomovsk se constitui em um centro de transporte que era utilizado até aqui para o abastecimento das tropas ucranianas que atuam na região do Donbass, região que tem como principais cidades Donetsk e Lugansk, na qual suas populações decidiram se desligar do regime discriminatório de Kiev, e avança para a libertação depois que a região e seus habitantes se viram sob ataques e ameaças por sua fala e cultura russas, herdada de pais e avós.

Em referendos nas duas cidades (Donetsk e Lugansk, agora capitais das Repúblicas Populares de mesmo nome) e em outras da região do Donbass, a ampla maioria decidiu se incorporar à Federação da Rússia, uma vez que até a sua língua majoritária foi criminalizada pelo discriminatório regime de Kiev, que, aliás, chegou ao poder com a destituição do governo legal da Ucrânia, através do golpe de 2014, com apoio e intervenção direta da Casa Branca.

Prigozhin agradeceu o apoio militar dos generais Sergei Surovikin e Mikhail Mizintsev, que “tornaram possível esta difícil operação”.

Segundo ele, os combates aconteceram por um longo período de 224 dias e agora o anúncio da libertação demarca que “tomamos toda a cidade – todos os seus prédios – de forma que ninguém pode afirmar que nós não estamos em qualquer pequena parte da cidade”.

O Ministério da Defesa da Rússia confirmou no dia seguinte a completa libertação da estratégica cidade Artyomovsk, da região do Donbass, palco de duros combates por um período de meses.

O MD da Rússia também informa que a ação em terra do grupo Wagner teve o apoio aéreo e de artilharia das forças regulares da Federação da Rússia.

A Ucrânia reagiu declarando que o informe russo sobre a tomada de Artyomovsk era “premature”.

A cidade, que tinha na mineração de sal uma das principais atividades econômicas foi cercada pelas forças russas que empurraram, dia após dia, seguindo planejamento metódico, as tropas de Kiev para os subúrbios a oeste.

Enquanto o presidente da Rússia, Vladimir Putin, se congratulou com as forças que libertaram a cidade, Zelensky, questionado se a cidade tinha sido, de fato, tomada pelo avanço russo, foi sucinto: “Penso que não”.

Com míssil hipersônico, Rússia destrói um ninho de ‘Patriot’ em Kiev

Um sistema norte-americano de mísseis terra-ar Patriot foi destruído por um míssil hipersônico russo Kinzhal (Punhal) em Kiev, lançado de um interceptador MiG-31K, durante um ataque de alta precisão realizado na terça-feira (16), anunciou em comunicado o ministério da Defesa russo.

“De acordo com dados confirmados de forma confiável, em 16 de maio, como resultado de um ataque do sistema de mísseis hipersônicos Kinzhal na cidade de Kiev, uma estação de radar multifuncional foi atingida e completamente destruída, bem como 5 lançadores do sistema de mísseis antiaéreos Patriot de fabricação norte-americana”, disse o comunicado.

No momento, o regime de Kiev possuía duas baterias Patriot, uma entregue por Washington e a outra, em conjunto por Berlim e Amsterdã. Ainda não se sabe oficialmente qual delas foi espatifada. No ataque, foram atingidos ainda depósitos de munição, armas e equipamentos militares, fornecidos pela Otan, e unidades das tropas ucranianas.

Colocado em serviço de combate em dezembro de 2017, o Kinzhal foi o primeiro sistema de mísseis hipersônicos no mundo a se tornar operacional. É capaz de atingir uma velocidade de até Mach 10 (12.250 km/h) ao mesmo tempo em que realiza manobras evasivas, o que ajuda o Kinzhal a ser praticamente invulnerável aos sistemas de defesa antimísseis inimigos. Tem um alcance de mais de 2.000 km.

Desde a Guerra do Golfo, os círculos imperiais vivem bajulando o Patriot, que ficou mais conhecido ali como “Idiot” (9% de índice de destruição dos velhos Scuds iraquianos). Atualmente, há dois tipos de Patriot, o PAC2, com quatro mísseis por lançador, e o PAC3, com 16.

FLASHES NO CÉU

Os Patriots, registrou o Komsomolskaya Pravda, chegaram a Kiev no mês passado com enorme alarde de Washington, que os anunciavam “praticamente onipotentes e invencíveis”. Mas aqui está o problema, acrescentou o jornal: “muito em breve, flashes no céu sobre Kiev se transformaram em explosões no solo”.

Washington reagiu ao comunicado russo, primeiro dizendo não poder confirmar, depois jurando que o dano fora “mínimo”, segundo a CNN. Há quem diga que a ‘conclusão’ se deve ao empenho em evitar

dano nas ações da Raytheon em Wall Street.

Um blogueiro e ativista cibernético mundialmente conhecido, Kim Dotcom, ironizou a situação no Twitter: “30 US Patriot PAC-3 MSE a um custo de US\$ 5 milhões por míssil. São US\$ 150 milhões perdidos em 2 minutos. No final, as plataformas de lançamento do Patriot foram destruídas por mísseis russos. Por que algum militar ainda iria querer comprar o Patriot depois desse fracasso?”

Por sua vez o regime de Kiev passou a alegar, contra as limitações decorrentes das leis da Física e contra o bom senso em geral que, só naquela noite, destruiu “seis” mísseis hipersônicos – provavelmente com atiradeira ou cuspe.

EMBOSCADA

Especialistas militares russos relataram como a operação mata-Patriot chegou a bom termo. Em primeiro lugar, os russos dispararam enxames de drones, iscas e mísseis anti-radar, para forçar o radar a se mostrar para a bateria poder responder, tornando-os visíveis para o disparo do Kinzhal e dos Kalibr, estes, para fazerem o arremate. Uma verdadeira emboscada aérea, observou o jornal russo Izvestia.

A cena do ninho de mísseis Patriot sendo explodido foi registrada por moradores de Kiev e viralizou. Pode-se ver a bateria disparando às cegas, até o Kinzhal fazer sua parte. Como o míssil hipersônico é capaz de atingir o alvo em segundos, não dá tempo para deslocar a bateria ou o radar.

A revista norte-americana de assuntos ligados à defesa, National Interest, havia observado, sobre o sistema antiaéreo Patriot, que não era a panacéia que tentavam imputar. Sem contar com uma adequada conjunção com um sistema mais geral de defesa aérea, o sistema pode se ver superestimado, levando a uma “cobertura porosa que não protege seus ativos defendidos ou uma cobertura que desaparece rapidamente quando o Patriot fica sem interceptores. Além disso, os próprios sistemas Patriot são vulneráveis. Operar um sistema de radar Patriot revela sua localização, tornando-o um alvo aberto para ataques russos. Isso significa que o Patriot não é um balcão único para defender os ativos militares da Ucrânia ou seu povo”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopvo.com.br

Biden reúne G7 para insuflar ainda mais a guerra na Europa



G. Zyuganov, presidente do PC russo e Vladimir Putin, presidente da Rússia

A Esquerda mundial deve liderar a luta contra Otan e o imperialismo, apontam líderes russos

O artigo “Uma esquerda anti-imperialista mundial: porque é necessária e o que deve fazer”, de autoria de Alan Freeman e Radhika Desai, pesquisadores da Universidade de Manitoba, no Canadá, publicado e debatido recentemente no site do “Valdai Discussion Club”, um dos principais “think tanks” russos, aponta as mudanças que ocorrem na política interna e externa do Kremlin e a necessidade urgente do surgimento de uma esquerda mundial anti-imperialista.

O IMPÉRIO E OS NAZISTAS

O texto divulgado pelo “Valdai” afirma que, diante da ofensiva do imperialismo americano e de seu reforço aos bandos nazistas da Europa, particularmente da Ucrânia, os integrantes do governo russo, a elite política e, principalmente, o presidente Vladimir Putin, estão se afastando rápida e radicalmente das posições que pregavam a adulação do imperialismo e que prevaleceram no país durante um bom tempo.

A aproximação mais recente e a unidade cada vez mais estreita entre o governo de Putin e o Partido Comunista da Federação Russa revelam também que está havendo uma coesão crescente da sociedade russa e de seus dirigentes políticos na luta contra o imperialismo.

Os autores destacam que, diante do aumento da agressividade do imperialismo americano – tão mais agressivo quanto mais decadente –, a esquerda em todo o mundo deve se unir e entrar na luta contra a política de guerra da Otan.

Ela deve “passar a representar as pessoas que são comprometidas com uma ordem mundial multipolar justa e pacífica”, argumentam. “Isto”, dizem os autores, “servirá tanto ao interesse nacional de cada país como ao interesse geral da humanidade”.

AUSÊNCIA NA LUTA CONTRA A OTAN

O texto critica a ausência dos movimentos de esquerda na luta contra a Otan. “No Ocidente, os partidos que se identificam como ‘esquerda’ e os supostamente de esquerda, endossam quase unanimemente a guerra por procuração liderada pelos EUA contra a Rússia”, denuncia o artigo.

Alan Freeman e Radhika Desai, os autores, relembram e destacam outros momentos da história da Humanidade em que a esquerda esteve unida na luta contra a exploração econômica e as injustiças do grande capital contra os trabalhadores e os povos.

“Baseamos nosso caso em uma avaliação histórica da última organização desse tipo, a Internacional Comunista ou Comintern, fundada em 1919 e dissolvida em 1943, e suas duas antecessoras, a Associação Internacional dos Trabalhadores ou ‘Primeira Internacional’, fundada em 1864 e dissolvida em 1872, e a Segunda Internacional ou Internacional ‘Socialista’, fundada em 1889 e dissolvida em 1914”, dizem eles.

A Segunda Internacional foi dissolvida, como acima referido, em 1914, exatamente no momento em que os seus líderes traíram a causa do socialismo e se aliaram aos promotores da primeira guerra imperialista mundial. Há sinais claros de que uma parte dos movimentos que se consideram de esquerda estão atualmente, com consciência ou não, agindo da mesma forma que fizeram os pseudo-socialistas de 1914.

“O Comintern, a terceira tentativa de uma organização mundial única da classe trabalhadora”, prosseguem os autores, “foi tão filho da revolução histórica de 1917 quanto a União Soviética”.

TRAGÉDIA DO SÉCULO XX

Segundo o texto, muitos russos, incluindo o presidente Vladimir Putin, estão reconsiderando a ideia de que teria sido acertada a dissolução da URSS. Neste sentido mesmo, o presidente Vladimir Putin chegou a afirmar em 2007, que a dissolução da União Soviética “foi a maior tragédia geopolítica do século XX”.

O artigo destaca ainda que a ausência da ‘esquerda’ na luta contra a Otan e o imperialismo tem causado muita confusão na luta dos povos. “Muitos governos da direita, como a Índia, a Arábia Saudita e a Turquia, se opõem ativamente às sanções contra a Rússia, promovem relações comerciais alternativas às até agora impostas pelos EUA e insistem em que as legítimas preocupações de segurança da Rússia sejam devidamente consideradas”, apontam os articulistas.

Eles alertam para o fato de que esta indefinição ou mesmo este ‘equivoco’ de forças que se consideram de esquerda, de se ausentarem da luta contra a Otan, “levou muitos setores da ala nacionalista da política russa a concluir que os interesses de seu país exigem alianças com os partidos da direita ocidental – notadamente o Partido Republicano trumpista”.

“Por outro lado, os partidos ocidentais de ‘esquerda’ justificam seu apoio aos objetivos de guerra da Otan como necessários para derrotar as forças de direita, com as quais se une o atual governo russo”, afirma o texto. Tudo isso joga muita água no moinho da mentira, da confusão e, no final das contas, do Império e na guerra.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br



Manifestação no Japão contra a cúpula imperialista: “Não ao G7”, “Não à Guerra Nuclear”

‘Principal ameaça à estabilidade econômica mundial são os EUA’, diz New York Times às vésperas do G7

Às vésperas da cúpula do G7, o jornal The New York Times registrou em dois artigos as inusitadas circunstâncias em que esta se realiza, chegando a apontar que “a principal ameaça à estabilidade econômica mundial são os EUA” e colocando o presidente Joe Biden como um “líder sitiado”, forçado a voltar para casa por causa do impasse sobre o teto da dívida e risco de inadimplência do governo norte-americano.

No artigo “Para Biden, a crise interna complica a diplomacia no exterior”, o megafone de Wall Street se preocupa que a volatilidade política e econômica dos EUA esteja se tornando um risco para o resto dos países do mundo.

“O presidente Biden partiu para o Japão na quarta-feira para participar de uma reunião dos líderes das sete principais democracias industriais que se reúnem todos os anos para tentar manter a economia mundial estável. Mas acontece que a principal ameaça potencial à estabilidade econômica global este ano é nos Estados Unidos”, relata o NYT, referindo-se ao impasse do teto da dívida, à crise bancária e ao onipresente desenvolvimento da China.

“Ao invés de ser o comandante indiscutível da superpotência mais poderosa (...), o Sr. Biden será um líder sitiado, forçado a voltar para casa para evitar uma catástrofe causada pelos próprios Estados Unidos”, diz o jornal, que acrescenta que a inadimplência abalaria não apenas a economia dos EUA, mas também a de outros países, enfraquecendo ainda mais sua posição no cenário global.

Sobre o declínio norte-americano, o artigo cita Jane Harman, uma ex-democrata da Califórnia e que serviu como presidente do Woodrow Wilson International Center for Scholars. “Acho que nossa maior



Biden, líder sitiado, avalia o jornal NYT (Vídeo)

ameaça somos nós (...) Nossa liderança no mundo está sendo corroída por nossa disfunção interna”.

EUA “DISFUNCIONAL”

O outro artigo se debruça sobre a repercussão do cancelamento das viagens oficiais do presidente dos Estados Unidos à Austrália e Papua Nova Guiné, previstas para ocorrerem após a cúpula do G7, mas suspensas no último minuto por causa da crise do teto da dívida.

“O que o cancelamento significa, em termos mais amplos, é que a política interna dos EUA está mirando sua política externa em um momento crucial, em uma região crítica. Analistas e diplomatas alertam que o medo de uma América disfuncional e não confiável agora reacenderá na Ásia e no Pacífico, onde os Estados Unidos só recentemente começaram a ganhar impulso em seus esforços para conter a influência chinesa”.

O artigo cita Hal Brands, professor de assuntos globais da Universidade Johns Hopkins, sobre as consequências da desmarcação das visitas. A mensagem da China aos países da região será: “Eles não podem contar com um país que nem

sequer pode desempenhar funções básicas de governo”.

No mais, o NYT volta à costumeira linha de assustar o povo norte-americano sobre o desenvolvimento da China, dizendo que o corpo diplomático da China em todo mundo “é agora maior do que o dos Estados Unidos e está fortemente focado na Ásia”. Fazendo de conta não saber das 750 bases norte-americanas no mundo inteiro, e essencialmente cercando a China e a Rússia, o Times tenta assustar os leitores com a história de que a China “tem a maior marinha e guarda costeira do mundo”. Além de que suas estatais estariam tomando conta “das indústrias de construção e mineração em muitos países em desenvolvimento”, inclusive Fiji e Papua Nova Guiné.

DRAMA OU ENCENAÇÃO?

Nem todos em Washington fazem a mesma leitura do novo episódio da crise do teto da dívida. Para o respeitado economista James K. Galbraith, “o drama do teto da dívida é encenação”. “Lembre-se: o Tesouro dos EUA é obrigado a fazer pagamentos. O resto é ótica”.

Leia mais no site do HP

“EUA fora da Ucrânia e da Ásia”, exigem manifestantes em ato contra cúpula do G7

Na cidade japonesa de Hiroshima, onde está ocorrendo a reunião do Grupo dos Sete (G7), milhares se manifestaram, nesta sexta-feira, contra os objetivos da cúpula e também contra a visita do presidente dos EUA, Joe Biden, ao memorial das vítimas da bomba atômica arremessada sobre a população da cidade em 1945.

Os manifestantes carregavam faixas com lemas como “Não ao evento do G7 imperialista”, “Não à aliança militar entre o Japão e os Estados Unidos”, “Não à guerra nuclear!”, “EUA fora de Ásia”, “Não à guerra com a China”, “Tirem as mãos da Ucrânia”, e, depois de marchar por várias importantes avenidas, se concentraram diante do local da reunião, na área do Parque Memorial da Paz.

A reunião, que deve se prolongar até domingo (21), está integrada pelos membros permanentes do grupo: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália e Reino Unido, e outros países convidados como a Coreia do Sul, Brasil, Austrália, Vietnã, Indonésia, Índia, e Cook Ilhas.

O objetivo declarado desse encontro é aumentar a pressão sobre a Rússia através de sanções e da ampliação da injeção de armas ao regime de Kiev. Washington



“Não à Guerra, Não às Armas Nucleares, Não ao G7”, diz faixa de manifestante em Hiroshima (twitter)

também pretende extrair do encontro mais pressão sobre a China, que Biden e seu governo consideram “inimigo estratégico”, devido ao irrefreável crescimento da economia chinesa.

Um aberto vale-tudo para manter a dominação imperial norte-americana, o que foi percebido e rechaçado pelos manifestantes.

Os protestos não começaram no início da reunião, nos dias anteriores à sexta-feira já haviam ocorrido manifestações em vários locais de Hiroshima e em outras cidades japonesas expressando oposição ao encontro. E segundo os or-

ganizadores, as manifestações acontecerão todos os dias que durar o fórum.

Os manifestantes questionam o primeiro-ministro japonês Fumio Kishida, que ocupa a presidência rotativa do G7, por ter escolhido Hiroshima como sede do encontro e levado os presidentes, incluindo Biden, a visitar o Museu Memorial da Paz de Hiroshima, onde depositaram coroas de flores e plantaram árvores. “Uma verdadeira piada”, sentenciou Ryo Miyahara, um dos organizadores dos protestos.

Materia completa no site do HP

Frente à crise bancária e ameaça de recessão, EUA recorre à coerção para expandir a guerra na Europa, às sanções à Rússia e pressões contra China

Biden reúne o G7, desta vez tendo como meta a expansão da guerra provocada por Washington na Ucrânia e como alvo o mundo multipolar que floresce estimulado pela China e Rússia.

Pretende, além da pose para foto, fechar os trabalhos com mais sanções contra Moscou, ameaça de sanções secundárias aos demais países que resistam à sua guerra por procuração para anexar a Ucrânia.

Quanto à China, cúmulo do cinismo, Biden tenta imputar suposta “coerção econômica”. Isso, partindo daqueles que sancionam e pilham boa parte do planeta, recorrendo à guerra sempre que o saque lhe é contestado.

O cenário não poderia ser mais apropriado: Hiroshima, o alvo da primeira bomba atômica norte-americana, com suas dezenas de milhares de civis vaporizados ou mortos depois pela radioatividade. Ao chegar ao Japão, a primeira coisa que Biden fez foi prometer ao primeiro-ministro Fumio Kishida um “guarda-chuva nuclear”, ou seja, enfiar suas bombas na casa daqueles que destruiu. Nada de pedido de desculpas.

Recentemente, se tornou público que, por paridade de poder de compra, o PIB dos BRICS já supera o do G7. A economia real da China já é maior do que a dos Estados Unidos, e as brechas tecnológicas estão sendo cobertas rapidamente. Um historiador norte-americano, especializado em Ásia-Pacífico, James Bradley, considerou a cúpula do G7 uma “dança kabuki” de apoio fingido ao confronto dos EUA contra a China.

Bradley disse ainda que a viagem de Biden a Hiroshima é apenas uma “sessão de fotos, e o assunto principal da sessão de fotos é a China”. “Então, quando os países asiáticos disserem: ‘adeus, senhor presidente’ e ele for embora, eles vão se voltar para a China. Esse é o parceiro comercial número um deles.”

Até mesmo The New York Times chamou Biden de “líder isolado” e sitiado pela confluência, nos EUA, da crise do teto da dívida, da crise bancária e das ameaças de pouso forçado de sua economia, sob a alta de juros do Fed. Biden teve de desmarcar reuniões pós-G7 já agendadas com a Austrália e Nova Guiné Papua, pois a inadimplência continua rondando a Casa Branca e o teto da dívida está prestes a desabar. Aliás, até o NYT já admitiu que os EUA são a “principal ameaça à estabilidade econômica mundial”.

Da última vez que as coisas chegaram a esse ponto, em 2011, Obama acabou fechando um acordo com os republicanos que implicou em cortes de ponta a ponta, divididos entre defesa e o resto.

Não honrar os títulos do Tesouro dos EUA – tido pelos círculos especulativos como o ativo ‘livre de risco’ -, entre outros desastres respingaria para o status de reserva de ativos denominados em dólares e teria repercussões quanto à desdolarização. Com eleição marcada para o próximo ano, a discussão está no fio da navalha, com os cortes dos programas sociais na mira da Câmara republicana, no afã de gastar sua plataforma de campanha de olho em voltar à Casa Branca.

PEQUIM REPUDIA SANÇÕES

Sobre a principal medida anunciada pelo G7 contra a Rússia – e os países que desobedecem as sanções de Washington/Bruxelas -, o porta-voz da diplomacia chinesa, Wang Wenbin, disse que “a China sempre se opôs a sanções unilaterais e jurisdições extraterritoriais que não são baseadas no direito internacional e não são sancionadas pelo Conselho de Segurança da ONU”.

Na quarta-feira, o Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca,

Jake Sullivan, afirmou que os EUA apresentarão ao G7 um pacote de medidas “com foco no fim das redes de evasão de sanções”. Ou seja, com foco em ameaçar com punições terceiros países que comerciam com a Rússia.

O segundo ponto da pauta de Biden é o “desacoplamento” da economia chinesa, que até aqui avançou essencialmente por meio da guerra tecnológica e tarifária, o que agora passou a ter como mote a provocação contra a China em Taiwan. Tema no qual, anteviu o Wall Street Journal, nenhum país será “citado nominalmente”, e que se traduz na acusação de que é a China, que é o maior parceiro comercial de grande parte dos países do mundo, quem pratica a “coerção econômica”.

Sobre isso, Pequim divulgou previamente um relatório em que aponta os EUA como “os verdadeiros instigadores da diplomacia coercitiva, com uma ‘história sombria’ vergonhosa que causou imenso sofrimento ao mundo, particularmente aos países em desenvolvimento, que suportaram o peso de suas ações. Mesmo os aliados e parceiros dos EUA não foram poupados disso”.

COERÇÃO

“Hoje, a diplomacia coercitiva é um instrumento padrão na caixa de ferramentas da política externa dos Estados Unidos. De sanções econômicas e bloqueios técnicos a isolamento político e ameaça de força, os EUA demonstraram o que é diplomacia coercitiva para o mundo por meio de suas próprias ações”, afirma o relatório “A Diplomacia Coercitiva da América e Seu Mal”, que desvenda os sérios danos causados pelos EUA “ao desenvolvimento de todos os países, estabilidade regional e paz mundial”.

“Violando o princípio do comércio justo e impondo tarifas à China, o bloqueio tecnológico contra a China no setor de semicondutores, usando o poder estatal para suprimir as empresas de alta tecnologia da China... até mesmo coagindo seus aliados ocidentais”, acrescenta o relatório.

“Os países em desenvolvimento não são suas únicas vítimas. Os EUA não mostraram nenhuma piedade em aplicar tal diplomacia coercitiva em seus aliados. Na década de 1980, quando o PIB do Japão atingiu metade do dos EUA, Washington forçou Tóquio a assinar o ‘Acordo de Plaza’, que acabou levando à estagnação de longo prazo da economia japonesa”.

“Nos últimos anos, os EUA exerceram o controle das tarifas na Europa e interferiram na competição do mercado. Em 2018, o governo dos EUA impôs tarifas de até 25% e 10% sobre produtos de aço e alumínio em regiões como a UE. Em janeiro de 2021, para melhorar a vantagem competitiva da Boeing, os EUA anunciaram tarifas de até 15% sobre as importações da França e da Alemanha, incluindo peças de aeronaves, envolvendo um valor total de US\$ 7,5 bilhões”.

Concluindo, o relatório reiterou que a essência da “diplomacia coercitiva” dos EUA reside na ideia “de que ‘ou você está conosco ou contra nós. Os EUA devem liderar e seus aliados devem seguir, e os países que se opõem à supremacia dos EUA sofrerão’”.

Por sua vez, o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, foi ainda mais direto ao ponto, assinalando que a diplomacia ocidental não existe mais, substituída por “chantagens, ameaças e sanções diretas” para forçar os países a seguirem suas ordens, especialmente em relação à Ucrânia.

Íntegra em www.horadopovo.com.br

Economistas, trabalhadores e estudantes debatem rumos e desafios do governo Lula

É o Seminário “100+50: Desafios do Governo Lula”, que ocorre nos dias 24, 25 e 26 de maio.

Os debatedores serão Gonzaga Belluzzo, Guilherme Mello, Aloizio Mercadante, Nilson Araújo, Adilson Araújo (CTB); Rosa Marques; Moacyr Roberto (NCST), Maria Lucia Fatorelli, Nelson Marconi, Alexandre Navarro, Lucca Gidra (UMES) e Allen Habert (SEESP)

O professor Nilson Araújo, doutor em economia pela Universidade Autónoma do México, pós doutor em economia pela USP, um dos fundadores da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e presidente do Sindicato dos Escritores de São Paulo, está organizando junto com 14 entidades e fundações partidárias o Seminário “100+50: Desafios do Governo Lula”.

Segundo o economista da Fundação Maurício Grabois e da Cátedra Cláudio Campos, o objetivo do encontro “é fazer uma radiografia do governo Lula até agora e detectar quais desafios ele vai enfrentar para promover sua tarefa primordial, que é realizar a reconstrução nacional e assim deflagrar o processo de desenvolvimento”.

Os palestrantes serão Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo; Guilherme Santos Mello, Adilson Araújo (CTB); Rosa Maria Marques; Moacyr Roberto Tesch Auerswald (NCST); Maria Lucia Fatorelli; Nelson Marconi; Aloizio Mercadante; Alexandre Navarro; Lucca Gidra Oyagwa (UMES); Allen Habert (SEESP) e Nilson Araújo de Souza.

O evento conta com o apoio de várias entidades sindicais e estudantis, além de fundações partidárias. Em entrevista ao HP, Nilson fala sobre suas expectativas para este importante seminário.

Confira a entrevista com o economista Nilson Araújo

HORA DO POVO: Qual o seu objetivo ao reunir economistas, na sua maioria apoiadores de Lula, para analisar esta primeira fase do governo?

NILSON ARAÚJO: O objetivo do Seminário “100+50: Desafios do Governo Lula”, como o título está indicando, é fazer uma radiografia do governo Lula até agora e detectar quais desafios ele vai enfrentar para promover sua tarefa primordial, que é realizar a reconstrução nacional e assim deflagrar o processo de desenvolvimento. O novo marco fiscal será examinado nesse contexto.

HP: Os desafios econômicos estão no centro do debate do país nesse momento. De um lado, o BC e o mercado financeiro querendo manter o rentismo e a estagnação e, de outro, o governo almejando retomar o crescimento. Como resolver o impasse?

NILSON ARAÚJO: É essa a contradição que está na ordem do dia. Os economistas que irão participar do seminário vão se debater sobre ela para buscar os caminhos da sua superação. No centro dela, está a elevadíssima taxa básica de juros, a famosa Selic, a mais alta do mundo, em termos reais, em torno de 8% ao ano.

E já virou quase consenso nacional que a redução substancial da Selic é a maneira de desatar o nó. Dadas as

resistências da atual direção do BC, amalgamada até a medula com a malta financeiro-rentista, não adianta oferecer um marco fiscal que garanta a estabilização da relação dívida/PIB. O próprio presidente do Banco Central já disse isso.

Mas, como os juros altos prejudicam a todo mundo, menos aos rentistas financeiros (em termos, porque, quando o juro permanece alto por muito tempo, até bancos vão à falência porque as empresas devedoras não conseguem pagar suas dívidas), é possível formar a mais ampla frente política e social, respaldada em uma ampla mobilização popular, para isolar o rentismo e seus defensores.

Considero correta a ideia de que a questão democrática, que ensinou a formação da frente ampla para derrotar o fascismo bolsonarista nas urnas, segue na ordem do dia. Já há consenso nacional que, caso o governo Lula não avance na reconstrução econômica nacional, o fascismo, que não está morto, apesar da importante derrota que sofreu, poderá voltar ao centro da cena política.

Assim, o aspecto central da questão democrática no Brasil de hoje se localiza na esfera da economia. Trata-se de promover a reconstrução econômica nacional e deflagrar o processo de desenvolvimento, único caminho capaz de impedir o retorno do fascismo ao centro do poder, e assim avançar no processo, já iniciado, de reconstrução da democracia. Essa concepção, por outro lado, ao seguir colocando a democracia no centro, poderá galvanizar as amplas massas populares e os setores progressistas, além de sensibilizar setores que, ainda que conservadores, se pautam pela democracia.

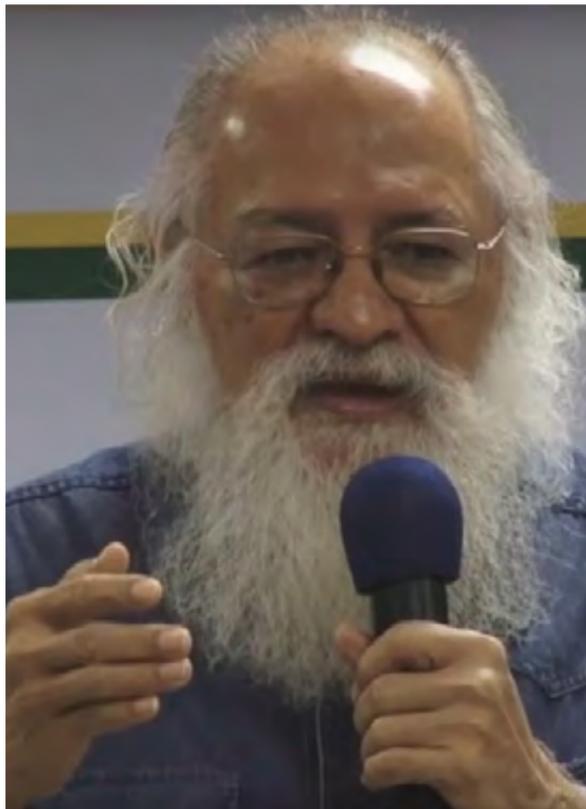
HP: Alguns setores sociais, como servidores, parlamentares do DF e militares estão alertando que o novo arcabouço fiscal poderá trazer sérios problemas. Eles falam em limites do Fundo Constitucional do DF, dos Fundos Especiais das Forças Armadas e em estatais ligadas às forças, e os servidores reclamam das punições, quase todas contra eles. Como avalia o debate sobre o arcabouço e essas opiniões surgidas após o trabalho do relator?

NILSON ARAÚJO: Esse debate será feito no Seminário. O objetivo central da política econômica do Governo Lula é promover a reconstrução econômica nacional e deflagrar o desenvolvimento. Para isso, como tem insistido obsessivamente o presidente, tem-se que aumentar o investimento público e fortalecer o mercado interno, particularmente por meio da política social, com destaque para o aumento real do salário mínimo e os programas de transferência de renda.

O arcabouço fiscal (rebatizado como novo marco fiscal), tal como elaborado pela equipe econômica do governo, foi um avanço em



Presidente Lula - Foto: Ricardo Stuckert



Nilson Araújo de Souza. Foto: Arquivo HP

relação ao famigerado Teto de Gastos, ao flexibilizar o teto mediante a incorporação das chamadas bandas (tanto na despesa quanto nas metas de superávit primário).

No caso do investimento, é bem mais flexível do que o teto, ao estabelecer duas coisas: 1) um patamar mínimo perto de R\$ 80 bilhões; 2) caso o superávit primário seja superior à meta programada, o excedente será destinado a investimento.

No entanto, o NMF estabelece um limite muito estreito para o crescimento da despesa e, dentro dela, o investimento público: a despesa fiscal total só pode crescer em termos reais, no máximo, a 2,5% ao ano. Ora, nos dois governos anteriores do Presidente Lula, ela cresceu a 5,2%, em média, ao ano.

E, agora, a necessidade de investimento público é maior, dado o desmonte implementado por Bolsonaro. Além disso, o investimento só poderá absorver 70% do excedente do superávit primário, mas dentro de um limite de R\$ 25 bilhões ao ano, que o relator converteu em 0,25% do PIB.

O relator na Câmara, deputado Claudio Cajado, “endureceu” mais ainda as regras do marco fiscal. Em primeiro lugar, havia na proposta original 13 itens que ficariam fora dos limites estabelecidos para a despesa, dentre os quais os

gastos com capitalizações de empresas estatais, transferências relacionadas ao piso de enfermagem, repasses ao Fundeb, as despesas da União relacionadas à organização e manutenção das polícias e do corpo de bombeiros do Distrito Federal e assistência financeira ao ente subnacional para a execução de serviços públicos por meio de fundo próprio.

O relator recolocou todos esses itens dentro do “teto”, num total de oito das 13 excepcionalidades propostas pela Fazenda, incluindo o bolsa família. Depois de muita pressão, deixou fora do limite o aumento real do salário mínimo, bandeira sagrada dos trabalhadores e do presidente Lula.

O relator, além disso, criou uma espécie do que ele chamou de “gatilho”, que enrijece mais ainda o marco fiscal. Assim, caso o governo descumpra as metas no primeiro ano, sofrerá uma série de sanções, mas, se voltar a descumprir no segundo ano, além das sanções ao governo, ataca o funcionário público e a máquina administrativa do governo, ao cercar o reajuste do salário do servidor e suspender novas contratações.

HP: Como, na sua opinião, o cenário internacional pode abrir espaços para o Brasil e o governo Lula?

NILSON ARAÚJO: Quando o olhar menos atento examina o cenário internacional só enxerga crises

e guerras e seu impacto negativo sobre o Brasil. Isso é verdade. As crises e as guerras existem, mas, se examinarmos de forma mais profunda, vamos verificar que está ocorrendo um movimento, cada vez mais evidente, que poderá nos beneficiar: o declínio do imperialismo estadunidense e a ascensão da China, transitando de um mundo unipolar para um outro multipolar.

Países como o Brasil podem aproveitar-se desse quadro, como fez na época de Getúlio Vargas, que usou a crise e os conflitos internacionais para industrializar o Brasil. O mesmo ocorreu com o II PND durante o governo Geisel, que completou a instalação da indústria pesada no país.

Temos que aproveitar a atual crise e, particularmente, a transição para um mundo multipolar para reindustrializar o país, negociando com todos os países, mas construindo uma parceria estratégica com a China.

HP: Quem organiza e apoia este seminário?

NILSON ARAÚJO: O Seminário “100+50: Desafios do governo Lula” é uma construção coletiva de 14 entidades, a partir de uma iniciativa do Sindicato dos Escritores do Estado de São Paulo, do qual sou o presidente.

As entidades são as seguintes:

- 1- SINDICATO DOS ESCRITORES NO ESTADO DE SÃO PAULO
- 2- SINDICATO DOS JORNALISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
- 3- SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO
- 4- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS
- 5- ENGENHARIA PELA DEMOCRACIA
- 6- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO
- 7- FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS/CÁTEDRA CLAUDIO CAMPOS
- 8- FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA
- 9- FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA/ALBERTO PASQUALINI
- 10- INSTITUTO CLAUDIO CAMPOS
- 11- UNIÃO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS – UMES
- 12- CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
- 13- NCST – Nova Central Sindical dos Trabalhadores
- 14- CNTU – Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários



Programação do Seminário 100+ 50: Desafios do Governo Lula

TEMAS

- O DESMONTE
- OS PRIMEIROS DIAS
- O ARCABOUÇO FISCAL
- A RECONSTRUÇÃO NACIONAL
- A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

PALESTRANTES

MESA I: O DESMONTE DE BOLSOLNARO E OS PRIMEIROS DIAS DO GOVERNO LULA.

Coordenador: Nurian Segato – Diretor da Federação Nacional dos Jornalistas.

Aloizio Mercadante (abertura)

Guilherme Santos Mello
Adilson Araújo
Rosa Maria Marques

MESA II: O ARCABOUÇO FISCAL E A POLÍTICA DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL DO GOVERNO LULA.

Coordenador: Nilson Araújo de Souza – Presidente do Sindicato dos Escritores

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo

Moacyr Roberto Tesch Auerswald

Lucca Gidra Oyagwa
Nelson Marconi

MESA III: A RECONSTRUÇÃO NACIONAL E O NOVO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO.

Coordenador: Paulo Massoca – Coordenador da Engenharia Pela Democracia

Maria Lucia Fatorelli
Alexandre Navarro
Allen Habert

Nilson Araújo de Souza (balanço final)

LOCAIS E DATAS (PRESENCIAL)

MESA I: Sindicato dos Jornalistas (Rua Rego Freitas, 530) – 19H, 24/05/2023 (QUARTA FEIRA)

MESA II: UMES (Rua Rui Barbosa, 323 (Teatro Denoy de Oliveira) – 19H, 25/05/2023 (QUINTA FEIRA)

MESA III: Sindicato dos Engenheiros (Rua Genebra, 25) – 19H, 26/05/2023 (SEXTA FEIRA)

O evento será presencial em São Paulo, nos endereços indicados, mas com divulgação simultânea pelas redes para que pessoas de fora de São Paulo possam ter acesso a tão importante debate.

LINKS:

- 1) 24/05/2023: 19 horas [facebook.com/Sindicato-JornalistasSP](https://www.facebook.com/Sindicato-JornalistasSP)
 - 2) 25/05/2023: 19 horas [youtube.com/@sindicatodosjornalistaspro3807](https://www.youtube.com/@sindicatodosjornalistaspro3807)
 - 3) 26/05/2023: 19 horas [youtube.com/live/GEyCFIAE-cM?feature=share](https://www.youtube.com/live/GEyCFIAE-cM?feature=share)
- Ver mais no site